

“Faremos investimento virar produção”

Lula se emociona ao reabrir fábrica e readmitir demitidos

Petrobrás investe 870 milhões na fábrica de fertilizantes do Paraná

O presidente Lula comemorou a retomada da Fábrica de Fertilizantes Araucária Nitrogenados S.A (Ansa), na região metropolitana de Curitiba (PR), na quinta-feira (15). “Cá estamos nós para recuperar uma coisa muito importante nesse país, porque a gente não está apenas

recuperando uma fábrica de fertilizantes. A gente está cuidando de recuperar a autoestima desse país, o orgulho. A Petrobrás é do povo brasileiro”, afirmou o presidente. Vamos “transformar investimentos em produção, equipamentos, segurança, qualidade”, disse Alexandre Jorge, do Sindipetro PR/SC. **Pág. 3**



Ricardo Stuckert - PR



Fellipe Sampaio - SCO - STF



STF unânime apoia decisão de Dino restringindo as emendas não transparentes

O STF decidiu por unanimidade na sexta-feira (16) manter a decisão do ministro Flávio Dino que suspendeu os pagamentos das emendas impositivas e “PIXs” do Congresso Nacional enquanto regras de transparência não sejam criadas. Dino ressaltou que os poderes estão negociando uma solução constitucional e de consenso. **Pág. 3**

Campos Neto diz que Galípolo tem compromisso em subir juro

Leandro Paiva



No primeiro dia de campanha, Boulos e Marta realizaram caminhadas em Campo Limpo e no Centro de SP

“Vamos trazer o orçamento para as regiões carentes”, diz Boulos

O candidato à Prefeitura de São Paulo, Guilherme Boulos (PSOL) iniciou sua campanha na sexta-feira (16). No período da manhã, ele recebeu em sua casa, localizada no Campo Limpo,

na periferia da zona sul da capital, a ex-prefeita Marta Suplicy (PT), sua candidata a vice. Os candidatos compartilharam um café da manhã na residência onde Boulos vive há mais de dez anos com sua

esposa e filhas. Em seguida, os dois caminharam pelo comércio local, dando início oficial à campanha, e seguiram para a região central da cidade, onde realizaram uma caminhada da Praça Ramos

até a Praça da Sé. “Ninguém consegue nada sozinho. Vamos ter que eleger a maior bancada de vereadores progressistas da história da cidade de São Paulo”, disse Boulos no carro de som. **Página 4**

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, enfatizou na última sexta-feira (16), em evento promovido pelo banco britânico Barclays, em São Paulo, que seu sucessor deve manter o compromisso de manter os juros elevados no Brasil, após o fim do seu mandato, em 31 de dezembro deste ano. No evento, Campos Neto afirmou que “todos os diretores estão adotando um discurso em linha com o que dissemos na ata” [da última reunião do Copom]. **Pág. 2**

IBC-Br: economia desacelerou no segundo trimestre

A economia brasileira desacelerou no segundo trimestre deste ano. O Índice de Atividade Econômica do BC (IBC-Br), considerado uma “prévia” do PIB, registrou alta de 1,1% no período contra 1,5% no trimestre anterior. **Pág. 2**

Após atacar Irã, Netanyahu joga míssil no Líbano

O regime agressor e expansionista de Netanyahu em Israel atacou no sábado prédio residencial em Nabatiyeh, no sul do Líbano, matando 10 civis, informou o Ministério da Saúde do Líbano. **Página 7**



Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Gaza: Israel usa adolescentes como escudo humano

Kliass denuncia sabotagem dos juros altos à economia

PAULO KLIASS*

“Não existe essa falácia de que os países necessitam de bancos centrais de natureza ‘técnica’ e que, por isso, precisam ser independentes do sistema político. Na verdade, quanto maior a autonomia – da autoridade monetária, maior será sua ligação direta e incestuosa com os interesses do sistema financeiro”

As manifestações públicas do presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, costumam ser um exemplo bastante cristalino do universo absolutamente apartado da realidade em que vive esse povo do financiamento em nosso País. O momento mais recente ocorreu em uma audiência na Câmara dos Deputados, realizada no dia 13 de agosto. Ele foi convidado para um encontro conjunto das Comissões de Desenvolvimento Econômico e de Finanças e Tributação daquela Casa legislativa. Em sua preleção ele trouxe exatamente a mesma ladainha a respeito da importância da política monetária para um suposto quadro de estabilidade macroeconômica e expôs com bastante clareza a abordagem dos representantes do sistema financeiro a respeito de nossa realidade.

O fato inegável é que a atuação do órgão regulador e fiscalizador de nosso ambiente bancário e financeiro não tem sofrido muitas mudanças ao longo das últimas décadas. Com exceção de raríssimos momentos, o BC tem se comportado segundo as recomendações dos manuais básicos da ortodoxia econômica e do neoliberalismo. Quer seja em governos comandados pelo PSDB, pelo PT ou mesmo durante o período Temer e Bolsonaro, a autoridade monetária quase nunca escapou do roteiro estabelecido pela alta direção do poder das finanças.

A aprovação da Lei Complementar nº 179 em 2021, durante a desastrosa gestão de Paulo Guedes como superministro da economia, consolidou na legislação um estatuto de quase independência do órgão. Sob o manto da lengalenga de que o BC não pode sofrer pressões políticas e deve contar com liberdade total para sua atuação, os dispositivos legais foram alterados e o Presidente Lula iniciou seu terceiro mandato tendo que conviver com 100% dos dirigentes do BC nomeados por Bolsonaro. Uma loucura! A “inovação” estabeleceu que os diretores da instituição devem ter mandato fixo de quatro anos. Assim, essa foi uma das muitas heranças do bolsonarismo que permaneceram a partir de 1º de janeiro de 2023.

As pérolas de Campos Neto.

E aqui vamos verificando algumas das muitas mentiras e enganações patrocinadas por Campos Neto durante a referida audiência.

(...) **“as pessoas vão entender ao longo do tempo que o Banco Central é técnico e trabalha para atingir o mandato que é determinado pelo governo” (...)**

Não existe essa falácia de que os países necessitam de bancos centrais de natureza “técnica” e que, por isso, precisam ser independentes do sistema político. Na verdade, quanto maior a autonomia – uma quase independência – da autoridade monetária, maior será sua ligação direta e incestuosa com os interesses do sistema financeiro. Essa é uma relação já bastante estudada entre os organismos responsáveis pela regulação e as empresas dos setores em que atuam. O que se verifica, geralmente, é o fenômeno conhecido por “captura”, uma vez que os dirigentes dos órgãos passam a se comportar de acordo com a lógica dos entes que deveriam ser regulados e fiscalizados.

Não existe nenhuma “neutralidade técnica” na ação do BC. Quando os ideólogos do financiamento clamam por “independência” e culpam a dinâmica política por eventuais equívocos de condução da política econômica, na verdade se escondem por trás da cortina de fumaça da entrega da autoridade monetária para os bancos, a conhecida estória de botar a raposa para cuidar do galinheiro. E o mais grave é que retiram da legitimidade do Presidente da República – eleito pelo voto da maioria da população – o direito de exercer em sua plenitude o conjunto das esferas da política econômica. Assim, de início, a política monetária e a política cambial já estão capturadas pelos interesses privados.

Continua no site: <https://horadopovo.com.br/campos-neto-e-o-universo-do-financismo-por-paulo-kliass/>

* Paulo Kliass é doutor em economia e membro da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do governo federal.

Campos Neto diz que Galípolo tem compromisso em subir juro



Campos Neto e Gabriel Galípolo, cotado para assumir a presidência do BC

IBC-Br: economia desacelera no 2º trimestre

“Prévia” do PIB do BC teve alta de 1,1% no período contra 1,5% no trimestre anterior

A economia brasileira desacelerou no segundo trimestre deste ano, ao variar em alta de 1,1% frente ao trimestre anterior, período em teve uma expansão maior (+1,5%), conforme o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), divulgado nesta sexta-feira (16).

No mês de junho, o indicador registrou alta de 1,4%, frente a maio (0,25%), também na série com ajuste sazonal – quando são descontadas as oscilações sazonais (alterações climáticas, férias, feriados etc.) que incidem sobre os dados do mês.

O IBC-Br é considerado uma “prévia” do resultado do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, a soma de todos os bens e serviços produzidos no país, divulgado oficialmente pelo IBGE.

O desaquecimento da economia no segundo trimestre reflete o nível escorçante dos juros cobrados no Brasil. Em junho, o Comitê de Política do Banco Central (Copom) do Banco Central (BC) decidiu interromper o seu ciclo de cortes – minguido – na taxa básica de juros da economia (Selic), mantendo a taxa nominal nos astronômicos 10,5% ao ano. Em agosto de 2023, quando o Copom começou a redução da Selic quando a taxa estava em 13,75% – nível fixado desde agosto de 2022.

Segundo os porta-vozes do mercado financeiro, a alta em junho veio “muito acima do previsto” e, portanto, já defendem um “novo ciclo de aumento dos juros”, quer dizer, o Brasil está crescendo “acima do esperado” e é preciso barrar o crescimento do país, com os juros exorbitantes e mais cortes no Orçamento.

Com a manutenção dos juros altos, o Brasil segue entre os campeões mundiais de juros reais, com uma taxa acima do 7% – quando descontada a inflação-, encarecendo ainda mais as demais taxas de juros para empréstimos e financiamentos de empresas e famílias e, assim, freando os investimentos e o consumo no país. Na base sem ajuste sazonal, o IBC-Br marcou alta de 3,2% na comparação com junho deste ano ante a junho de 2023. Um avanço de 2,1% no primeiro semestre deste ano na comparação com os seis primeiros meses do ano passado; e, em 12 meses até junho, um acréscimo de 1,6%.

“Não há rombo da dívida e sim uma especulação criminosa contra o país”, alerta economista Oreiro

“Não existe nenhuma evidência empírica sobre a existência de um limite superior da relação dívida pública/PIB, quando a dívida é denominada na moeda que o país emite”

O economista e professor da UnB José Luis Oreiro afirmou, nesta segunda-feira (12), em entrevista ao jornalista Cláudio Porto, do programa “Da Prática Política”, que o que aconteceu nos últimos dois meses com o dólar no Brasil foi “pura especulação contra o país”

“O Banco Central errou feio, de forma criminosa, em relação com o que aconteceu com o dólar nos últimos dois meses”, denunciou Oreiro. “O BC simplesmente fez cara de paisagem e deixou o dólar chegar a R\$ 5,90. Por que razão? São vários os instrumentos do BC para evitar isso”, disse ele, destacando que “ninguém falou nada, nem os diretores do BC que o Lula nomeou. Eles fizeram cara de paisagem da mesma maneira”, apontou.

O economista afirmou que o debate econômico no país “está muito raso” e que “não há nenhuma crise fiscal no Brasil”. “Não tem essa coisa de crise fiscal, como o ex-ministro Mailson da Nóbrega estava falando. Não temos crise fiscal nenhuma. A relação dívida/PIB já foi muito maior durante a pandemia e não aconteceu nada. Achar que, se passar de 80%, a gente cai num buraco negro, eu lamento informar que a gente já passou de 80%, chegamos até perto de 90%, muita gente na época fazia projeção de que em 2026 estaríamos com 100%, e a gente não está nem perto disso”, sustentou.

“A mídia da época da pandemia dizia que ia ser o caos. Inclusive isso foi usado como justificativa para interromper o auxílio emergencial, com a não reatuação do estado de calamidade em 31 de dezembro de 2020. A expansão fiscal de 2020, na verdade nos livrou de uma verdadeira catástrofe humanitária. O



José Luis Oreiro, professor da UnB. Foto TV Senado

Brasil teve uma queda de PIB de 4%, enquanto EUA e países europeus tiveram queda de PIB de mais de 10%. Mesmo a Alemanha, que não depende muito do turismo, caiu 7%”, apontou o economista.

Oreiro lembrou que a política fiscal de 2020 foi feita à revelia do ministro Paulo Guedes e do Bolsonaro. Porque, disse ele, “na verdade quem aprovou o auxílio emergencial foi o presidente da Câmara na época, o deputado Rodrigo Maia”. Ele destacou que ela “foi extremamente bem-sucedida do ponto de vista econômico. A queda de PIB foi pequena, a economia começa a se recuperar já no final de 2020. Piorou com o fim da ajuda emergencial e, em 2022, ela volta a crescer”.

“Todos os diretores estão adotando um discurso em linha com o que dissemos na ata”, disse o presidente do BC. “Não hesitaremos em elevar a taxa de juros”

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, reforçou na última sexta-feira (16), em evento promovido pelo banco britânico Barclays, em São Paulo, que seu sucessor deve manter o compromisso de manter os juros elevados no Brasil, após o fim do seu mandato, em 31 de dezembro deste ano.

No evento, Campos Neto afirmou que “todos os diretores estão adotando um discurso em linha com o que dissemos na ata” [da última reunião do Copom]: “Não estamos dando uma orientação sobre as próximas decisões de juros, mas faremos o que for preciso para trazer a inflação de volta à meta e, se necessário, aumentar a taxa de juros novamente”.

“As pessoas estão entendendo agora que, indevidamente de quem estará no comando do Banco Central ou de quem são os diretores, a direção está definida”, declarou Campos Neto.

O discurso de Campos Neto vem em apoio ao diretor de Política Monetária, Gabriel Galípolo, nome favorito para ser indicado ao cargo de presidente do BC, mas que ainda tem a desconfiança do “mercado” – leia-se, meia dúzia de bancos, especuladores locais e estrangeiros.

No início desta semana, Gabriel Galípolo buscou deixar claro ao “mercado” que o aumento da taxa de juros (Selic), hoje em 10,5% ao ano, entrou na pauta do BC. Gabriel Galípolo, que chegou ao BC por indicação do governo Lula.

“Estamos dispostos a viver com uma taxa mais restritiva por mais tempo, porém, ficou para mim uma sensação de que essa frase [...] foi lida [na ata] como retirar da mesa a possibilidade de alta. E isso não é a realidade do diagnóstico do Copom. A alta está na mesa e a gente quer ver como isso vai se desdobrar”, declarou Galípolo, no evento 2º Warren Day, realizado

“Déficit zero” de Haddad avança sobre os recursos do BNDES

Mais de R\$ 15 bilhões em dividendos serão transferidos do banco de fomento para atender a “demanda fiscal”

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) vai transferir R\$ 15 bilhões em dividendos ao Tesouro Nacional para atender a “demanda fiscal” do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Segundo o presidente do BNDES, Aloysio Mercadante, é o maior volume de dividendos repassado ao Tesouro.

“Nós vamos pagar um volume de dividendos inéditos e vamos transferir um valor que é mais de 100% do lucro do ano passado (R\$ 21,9 bilhões) ao Tesouro Nacional, para contribuir com a meta de superávit primário”, disse Mercadante, durante a divulgação do resultado financeiro do banco no primeiro semestre.

Ele destacou o “esforço” feito pelo banco para contribuir com a meta fiscal, citando o resultado do lucro obtido pelo BNDES no primeiro semestre, um lucro líquido recorrente no valor de R\$ 7,2 bilhões, um crescimento de 94% frente ao mesmo período de 2023 (R\$ 3,7 bilhões). “Banco de desenvolvimento não precisa ter um lucro nesse patamar”, disse.

“Ninguém mais que o BNDES quer uma taxa de juro mais baixa. Fizemos tudo isso com a segunda maior taxa de lucro real do planeta. Precisamos baixar esse juro”, disse.

Segundo ele, o valor pode

pela corretora Warren Investimentos, em São Paulo.

No Brasil, a inflação segue baixa e dentro da meta estipulada pela equipe econômica do governo Lula – que é a mesma do governo anterior de 3% com intervalo de tolerância de 1,5 ponto para cima ou para baixo.

No acumulado de sete meses deste ano, a inflação registra alta de 2,87%, e, nos últimos 12 meses, o indicador geral varia em alta de 4,50%, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é o medidor de inflação oficial do país. No seminário do banco britânico Barclays, o próprio Campos Neto também admitiu que as expectativas do BC é de que o IPCA apresente números menores nas próximas leituras.

Porém, o fato de a inflação estar baixa e sob controle sempre foi irrelevante ao corporativismo financeiro, já que o que está realmente em jogo é se o BC vai seguir garantindo aos bancos, rentistas e demais especuladores da dívida pública ganhos extraordinários com o pagamento de juros, que ultrapassa R\$ 836 bilhões (em 12 meses, até junho).

Foi para proteger a manutenção da extração de renda de toda sociedade – via o pagamento dos juros – aos bancos que foi aprovado a “independência” do Banco Central do Brasil, não para cravar a meta de inflação nos 3% (sem um decimal há mais ou a menos), combater ataques especulativos contra o real, ajustar a política monetária de forma que estimule a geração investimentos e de novos empregos no país.

Não é à toa, que no dia de ontem, em reunião com diretores do BC, representantes de bancos cobraram um aumento de 2 pontos na taxa básica, pouco importando se a economia do país vai desacelerar e entrar em recessão, gerando desemprego e desvalorização dos salários.

“Déficit zero” de Haddad avança sobre os recursos do BNDES

Mais de R\$ 15 bilhões em dividendos serão transferidos do banco de fomento para atender a “demanda fiscal”

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) vai transferir R\$ 15 bilhões em dividendos ao Tesouro Nacional para atender a “demanda fiscal” do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Segundo o presidente do BNDES, Aloysio Mercadante, é o maior volume de dividendos repassado ao Tesouro.

“Nós vamos pagar um volume de dividendos inéditos e vamos transferir um valor que é mais de 100% do lucro do ano passado (R\$ 21,9 bilhões) ao Tesouro Nacional, para contribuir com a meta de superávit primário”, disse Mercadante, durante a divulgação do resultado financeiro do banco no primeiro semestre.

Ele destacou o “esforço” feito pelo banco para contribuir com a meta fiscal, citando o resultado do lucro obtido pelo BNDES no primeiro semestre, um lucro líquido recorrente no valor de R\$ 7,2 bilhões, um crescimento de 94% frente ao mesmo período de 2023 (R\$ 3,7 bilhões). “Banco de desenvolvimento não precisa ter um lucro nesse patamar”, disse.

“Ninguém mais que o BNDES quer uma taxa de juro mais baixa. Fizemos tudo isso com a segunda maior taxa de lucro real do planeta. Precisamos baixar esse juro”, disse.

Segundo ele, o valor pode

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HP

HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@gmail.com
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hpri@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Gustavo Moreno/STF

Ministro numa audiência sobre emendas STF decide por unanimidade manter decisões de Dino que restringem emenda parlamentar

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu por unanimidade na sexta-feira (16) manter a decisão do ministro Flávio Dino que suspendeu os pagamentos das emendas impositivas e "PIXs" do Congresso Nacional enquanto regras de transparência não sejam criadas.

Votaram com Flávio Dino todos os demais ministros: André Mendonça, Luiz Edson Fachin, Cristiano Zanin, Alexandre de Moraes, Dias Toffoli, Luiz Fux, Cármen Lúcia, Gilmar Mendes, Nunes Marques e Luis Roberto Barroso.

Os ministros destacaram em seus votos as negociações para encontrar uma solução constitucional e de consenso e uma reunião entre STF, Congresso e Executivo deve discutir medidas para reverter as restrições impostas.

Flávio Dino decidiu suspender e foi confirmado pelo plenário virtual os seguintes tipos de emendas parlamentares:

1) as emendas "PIX" — que vão diretamente para as prefeituras e para os estados, com baixa transparência;

2) e as emendas impositivas — que, pelo rito normal, o governo federal é obrigado a executar até o fim de cada ano.

Em seu voto como relator, Flávio Dino ressaltou que os poderes estão negociando uma solução constitucional e de consenso.

"Realço que estão ocorrendo reuniões técnicas entre os órgãos interessados, com o auxílio do Núcleo de Conciliação da Presidência do STF, além de estar prevista reunião institucional com a presidência e demais ministros do Supremo Tribunal Federal, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, bem como do Procurador-Geral da República e de representante do Poder Executivo, em busca de solução constitucional e de consenso, que reverencie o princípio da harmonia entre os Poderes".

Para Dino, "a consensualidade é uma das diretrizes fundamentais do Código de Processo Civil, de modo que a busca por conciliação deve prosseguir, mormente em se cuidando de um sistema normativo que vem sendo praticado nos últimos anos".

Os demais ministros seguiram seu entendimento e observaram que as emendas impositivas, que são indicadas por parlamentares e o governo federal é obrigado a pagar, não estavam cumprindo os princípios constitucionais de transparência e rastreabilidade.

Isso porque o dinheiro ia diretamente para o caixa das Prefeituras e governos estaduais e poderia ser usado para qualquer finalidade. Da mesma forma, eles avaliaram as emendas "PIXs".

Flávio Dino afirmou que "não é compatível com a Constituição Federal a execução de emendas ao orçamento que não obedeçam a critérios técnicos de eficiência, transparência e rastreabilidade".

Em sua decisão, o ministro escreveu que "a execução de emendas impositivas fica sustada até que os poderes Legislativo e Executivo, em diálogo institucional, regulem os novos procedimentos" de transparência e rastreabilidade.

O ministro Dias Toffoli, que seguiu a posição de Dino, apontou em seu voto que essas emendas foram criadas para contornar o limite constitucional estabelecido para as emendas individuais. "E, o mais grave, pulverizando a aplicação dos escassos recursos em projetos paroquiais, sem atender a uma programação estratégica e de alcance nacional destinada à consecução dos objetivos fundamentais da República".

"É fundamental que se estabeleça um regramento para que os recursos assim alocados não sejam dispersos e aplicados em projetos que não contribuam para o alcance dos mencionados objetivos fundamentais estabelecidos por nossa Carta Magna", continuou.

O ministro André Mendonça acompanhou Dino e assinalou que os diálogos institucionais devem continuar a acontecer.

"De modo especialmente relevante, a previsão de nova apreciação da tutela de urgência após a realização de 'diálogos institucionais' em relação à questão, o que permitirá a célere, mais profunda e específica reanálise da matéria segundo parâmetros que consideram a boa governança e a necessidade de continuidade das políticas públicas: referendo, neste momento, a decisão cautelar de Sua Excelência", disse Mendonça.

ABRAJÍ E PGR

As ações em julgamento foram originadas pelos questionamentos feitos pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) e Procuradoria-Geral da República (PGR).

Para as entidades, o sistema de emendas parlamentares é inconstitucional. A Abraji pediu que o STF determine que é preciso adotar plena transparência e controle sobre as transparências especiais realizadas.

"A mera criação de emendas que não tenham finalidade específica se demonstra inconstitucional, já que não apresenta informação específica da destinação do repasse, afronta autonomia entre os poderes e cria verdadeiro apagão fiscalizador contábil no Estado brasileiro", diz a ação da Abraji.

A PGR também apontou a inconstitucionalidade do processo de distribuição de emendas parlamentares.

Lula se emociona ao reabrir fábrica de fertilizantes no PR

Michel Chedid/Agência Petrobrás



A Ansa, localizada na Região Metropolitana de Curitiba, foi reaberta na quinta-feira PGR arquiva pedido para investigar Moraes

O PGR (procurador-geral da República), Paulo Gonet, arquivou, na quinta-feira (15), notícia-crime apresentada pelo partido Novo contra o ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), Alexandre de Moraes, por suposta falsidade ideológica e formação de quadrilha.

Trata-se de esquizofrenia da oposição bolsonarista. Transformaram diálogos do ministro com assessores e demandas dele, quando presidente do TSE (Tribunal Superior do Trabalho).

No pedido de investigação, o Novo associa os crimes à suspeita de que Moraes pediu informalmente ao TSE — órgão que ele presidia até o início de junho — dados usados no inquérito das fake news contra bolsonaristas. A patranha foi veiculada em reportagem do jornal Folha de S.Paulo.

Está por trás dessa ofensiva bolsonarista contra o ministro a tentativa de incriminá-lo e desmoralizá-lo, com propósito final de abrir os caminhos para a anistia do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), a

fim de que posso disputar as eleições de 2026.

CONDENAÇÃO
Por decisão do TSE, ratificada pelo STF, o ex-chefe do Executivo está inelegível até 2030. Ele foi condenado, em junho de 2023, por abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação durante a campanha para as eleições presidenciais de 2022.

Ação foi movida pelo PDT, que recorreu ao TSE para contestar reunião do ex-presidente com embaixadores, realizada em julho de 2022, no Palácio da Alvorada. Na ocasião, Bolsonaro fez falsas afirmações contra o sistema eleitoral e as urnas eletrônicas.

O prazo de 8 anos começou a ser contado a partir das eleições de 2022. Com isso, Bolsonaro está impedido de participar dos pleitos municipais de 2024 e 2028, além das eleições gerais de 2026.

A LENGUA-LENGA
O partido alegou que qualquer indicação de que relatórios de investigação foram produzidos a pedido de Moraes "contaminaria todas as

decisões judiciais por vício insanável de nulidade absoluta".

"Haja vista que o ministro estaria impedido ou, no mínimo, suspeito de apreciar e de decidir qualquer pedido no bojo dos inquéritos das fake news", escreveram.

RESPOSTA Para o procurador-geral, contudo, não há evidências de que Moraes infringiu a lei — assim como contra o juiz auxiliar Airton Vieira, assessor próximo do ministro, e o ex-chefe da assessoria de combate à desinformação do TSE, Eduardo Tagliaferro.

"Os documentos confeccionados e encaminhados, afinal, se limitavam a reproduzir e a documentar o teor de conteúdo publicado em redes sociais por perfis que tentavam abalar a credibilidade das instituições eleitorais perante a sociedade brasileira", escreveu Gonet na decisão.

"Não se cogita de falsidade do conteúdo retratado nesses documentos. Portanto, não há sequer dúvida sobre a fidelidade aos fatos que cabe se esperar de atos do tipo", acrescentou.

"Seria esquizofrênico me auto-oficiar", diz Moraes

Acusado de usar o gabinete fora do "rito oficial" para embasar decisões no inquérito das fake news, o ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), disse, na quarta-feira (14), que seria "esquizofrênico" se auto-oficiar, pois ele era presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) à época dos fatos narrados pelo jornal Folha de S.Paulo.

Como presidente da Corte Eleitoral, Moraes tinha o poder de polícia e não precisava oficializar os pedidos para ele mesmo. "Seria esquizofrênico, como presidente do TSE, me auto-oficiar. Como presidente, tenho poder de polícia e posso, pela lei, determinar a feitura dos relatórios", disse o

magistrado.

"Não há nada a esconder, todos os documentos oficiais juntados à investigação correndo pela PF [Polícia Federal], todos já eram investigados previamente, e todos os recursos contra minhas decisões, as decisões foram mantidas pelo plenário do STF", declarou.

O ministro ressaltou que está tranquilo diante da repercussão do caso. "Nenhuma das matérias preocupa meu gabinete, me preocupa", observou. "As matérias [do jornal] se referiram a 3, 4, 5, 6, 7, 8 pedidos de relatórios todos documentados", completou.

"Todos os procedimentos foram realizados no âmbito de investigações já exis-

tentes [inquérito das fake news e das milícias digitais]".

"No curso desses inquéritos e petições, várias vezes surgia que aqueles investigados estavam reiterando condutas ilícitas. Quais condutas? Basicamente incitação ao golpe de Estado, discurso de ódio, ameaças de morte", completou.

Moraes declarou, por meio de nota publicada pelo gabinete dele no STF, que, "no curso das investigações do Inquérito 4781 (das Fake News) e do Inquérito 4878 (das milícias digitais), nos termos regimentais, diversas determinações, requisições e solicitações foram feitas a inúmeros órgãos, inclusive ao Tribunal Superior Eleitoral".

Brasil e China celebram 50 anos de relações diplomáticas com sessão solene no Congresso

As celebrações dos 50 anos de relações diplomáticas entre Brasil e China contaram com uma sessão solene do Congresso Nacional na última quinta-feira (15). A solenidade foi proposta pelos deputados Fausto Pinato (PP-SP) e Daniel Almeida (PCdoB-BA) e pelo senador Nelsinho Trad (PSD-MS) e também contou com a presença da ministra de Ciência, Tecnologia e Inovação,

Luciana Santos. Embaixador da República Popular da China, Zhu Qingqiao destacou como ponto forte das relações sino-brasileiras a persistência em buscar o respeito mútuo, o desenvolvimento conjunto e o fortalecimento dos laços interpessoais.

"As relações sino-brasileiras atravessam hoje o seu melhor momento histórico, repletas de vitalidade e

dinamismo, tal como os magníficos rios Yangtze e Amazonas, que fluem caudalosos em seus avanços incessantes", disse o embaixador da China no Brasil.

Citando o filósofo chinês Confúcio, Qingqiao disse que é aos 50 anos que conhecemos o destino, sugerindo que ao chegarmos à meia idade adquirimos sabedoria e discernimento para reconhecer nosso propósito.

O presidente Lula conheceu um grupo de centenas de funcionários que foram readmitidos. "A gente está cuidando de recuperar a autoestima desse país, o orgulho", afirmou

O presidente Lula comemorou a retomada da Fábrica de Fertilizantes Araucária Nitrogenados S.A (Ansa), na região metropolitana de Curitiba (PR), na quinta-feira, 15 de agosto.

"Cá estamos nós para recuperar uma coisa muito importante nesse país, porque a gente não está apenas recuperando uma fábrica de fertilizantes. A gente está cuidando de recuperar a autoestima desse país, o orgulho. A Petrobrás é do povo brasileiro", afirmou o presidente.

Segundo Lula, a Petrobrás é uma indústria com vocação para atuar no desenvolvimento e na inovação. "A Petrobrás é tão importante, a capacidade de investimento, de inovação, de investir em pesquisa é tão importante que todo brasileiro deveria agradecer a inteligência do povo que criou uma empresa da qualidade da Petrobrás", destacou.

"A gente vai fazer o que de melhor a gente sabe: transformar investimentos em produção, equipamentos, segurança, qualidade, para abastecer o Paraná e todo o país de fertilizantes e derivados de petróleo", disse Alexandre Jorge, representante do Sindipetro PR/SC.

Durante a cerimônia, o presidente Lula anunciou investimentos de R\$ 3,2 bilhões até 2028 na Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), com o objetivo de melhorar a área de refino do complexo industrial. Entre os projetos, está prevista a implantação de uma nova unidade de hidrotreatamento (HDT) para permitir o aumento da produção de diesel S10, além de projetos de melhoria de eficiência energética, com menor pegada de carbono nas operações e aumento de carga de destilação, para acréscimo da produção de derivados e atendimento ao mercado.

A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, também esteve presente ao ato de reabertura da empresa. "A cerimônia de hoje ressalta a importância desses investimentos no Paraná. Considerando a refinaria e a fábrica de fertilizantes, vamos gerar quase 30 mil novos

Petrobrás investe R\$ 870 milhões na reabertura da fábrica de fertilizantes

A Petrobrás irá investir R\$ 870 milhões para retomar as operações de sua subsidiária Araucária Nitrogenados S.A (ANSA) — empresa de fertilizantes, que foi desativada pelo governo Bolsonaro em 2020. Em comunicado, divulgado na quarta-feira (14), a direção da estatal informou que a fábrica, localizada no Paraná, que teve sua reabertura aprovada em junho de 2024, está agora em processo de contratação de serviços e aquisição de materiais, "com previsão de conteúdo local superior a 85%".

A previsão é de que a produção comece no segundo semestre de 2025, após mobilização dos contratos de serviços e manutenção dos equipamentos.

"Os estudos que antecederam a decisão de retorno das atividades da unidade comprovaram a viabilidade técnica e econômica do investimento", ressalta a Petrobrás em nota.

"O projeto está em linha com as diretrizes estratégicas da companhia aprovadas no ano passado, pelas quais o investimento na produção de fertilizantes voltou a fazer parte do portfólio da Petrobrás", pontua o documento.

ANSA, também conhecida por Fafen-PR, situada ao lado da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), tem capacidade de produção de 720 mil toneladas/ano de ureia (o que corresponde a 8% do mercado), 475 mil toneladas/ano de amônia, além de 450 mil m³/ano do Agente Redutor Líquido Automotivo (ARLA 32).

"O setor de fertilizantes tem importância estratégica para o país e para a Petrobrás", afirmou a presidente da Petrobrás, Magda Chambriard. "Vai contribuir para reduzir a dependência nacional da importação de

postos de trabalho no estado. A Petrobras está absolutamente comprometida com investimentos no Brasil. Comprometida com a aceleração do desenvolvimento desse país", disse ela.

Hoje, a refinaria é responsável por 15% do mercado nacional de derivados de petróleo. Seus produtos atendem principalmente os mercados de Paraná, Santa Catarina, sul de São Paulo e de Mato Grosso do Sul.

Além disso, a Repar é pioneira na produção do Diesel R, combustível feito por coprocessamento (processamento conjunto) de derivados de petróleo (parcela mineral), com matérias-primas de origem vegetal, como óleo de soja. O combustível é uma alternativa sustentável no ciclo do diesel, pois a redução das emissões associada à parcela renovável é de ao menos 60% em comparação com o diesel mineral.

A empresa de fertilizantes teve as suas atividades suspensas em 2020 pelo governo Bolsonaro. O governo anterior, além de desativar a empresa vendeu várias subsidiárias da Petrobrás, além de refinarias e gasodutos. O investimento previsto para a reabertura da unidade é de R\$ 870 milhões. Durante o compromisso, o presidente conheceu um grupo de centenas de funcionários que foram readmitidos.

Atualmente, a fábrica está em processo de contratação de serviços e aquisição de materiais, com previsão de conteúdo local superior a 85%. Após finalizada essa etapa, será realizada a mobilização dos contratos de serviços e manutenção dos equipamentos para o início das atividades. A previsão é que a operação seja iniciada em 2025.

Situada ao lado da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), a Ansa tem capacidade de produzir 720 mil toneladas/ano de ureia, 8% do mercado nacional, além de 475 mil toneladas/ano de amônia e 450 mil m³/ano do Agente Redutor Líquido Automotivo (ARLA 32). Lula se emocionou ao se encontrar com os trabalhadores readmitidos pela Fábrica de Fertilizantes reaberta.

fertilizantes, gerando também emprego e renda", acrescentou.

Estima-se que no período de retorno operacional serão gerados mais de 2 mil empregos, entre empregados da ANSA e das empresas contratadas. Após retorno operacional, devem ser mantidos cerca de 700 empregos diretos.

A gestão da Petrobrás informou também que irá investir cerca de R\$ 3,2 bilhões na Repar. O montante destinado a paradas de manutenção e projetos de investimento na refinaria, que é pioneira na produção do Diesel R, segue o "Plano Estratégico 2024-2028" da estatal. O Diesel R é um combustível produzido a partir do coprocessamento de derivados de petróleo (parcela mineral) e matérias-primas de origem vegetal, como óleo de soja.

Atualmente a Repar atende 15% da produção nacional de derivados de petróleo, sendo que 85% do abastecimento vai para os estados do Paraná, Santa Catarina, sul de São Paulo e do Mato Grosso do Sul. A refinaria tem a capacidade instalada de 33 mil m³/d ou 207.563 bbl/d e os principais produtos por ela são: diesel, gasolina, gás de liquefeito de petróleo (GLP), coque, asfalto, óleos combustíveis, QAV, propano, e óleos marítimos.

A expectativa é que as unidades da Petrobrás no Paraná gerem 29 mil postos de trabalho, segundo a Federação Única dos Petroleiros (FUP) e o Sindipetro PR e SC, que comemoram a retomada das atividades da ANSA, cujo fechamento em fevereiro de 2020, durante o governo Bolsonaro, resultou no desemprego de cerca de mil trabalhadores, além de prejuízos aos cofres estaduais e municipais, que deixaram de arrecadar tributos.

Boulos inicia a campanha em São Paulo e defende atenção à periferia

Candidato à Prefeitura realizou caminhada na capital junto à sua vice, Marta Suplicy, e defendeu “trazer o orçamento para as regiões mais carentes da cidade”

O candidato à Prefeitura de São Paulo, Guilherme Boulos (PSOL) iniciou sua campanha nesta sexta-feira (16). No período da manhã, ele recebeu em sua casa, localizada no Campo Limpo, na periferia da zona sul da capital, a ex-prefeita Marta Suplicy (PT), sua candidata a vice.

Os candidatos compartilharam um café da manhã na residência onde Boulos vive há mais de dez anos com sua esposa e filhas. Após a refeição, os dois caminharam pelo comércio local, acompanhados por militantes e um carro de som.

A caminhada marcou o início oficial da campanha de Boulos. O candidato do PSOL busca um desfecho diferente do registrado na última eleição, quando chegou ao segundo turno, mas foi derrotado por Bruno Covas (PSDB), então candidato à reeleição, que faleceu em maio de 2021 em decorrência de um câncer.

Boulos criticou o atual prefeito Ricardo Nunes (MDB) e seu candidato a vice, coronel Mello Araújo (PL). “Do outro lado, tem o time dos privile-

giados, do Bolsonaro, o time que tem como vice um coronel que não gosta de pobre”, afirmou. “Nossos adversários têm a máquina, têm dinheiro e usam de fake news. Aqui é o time que representa a periferia e a justiça social, é o time do Lula, que tem a Marta como vice”, disse.

Durante a caminhada, Boulos dialogou com a população presente. “Ninguém consegue nada sozinho. Vamos ter que eleger a maior bancada de vereadores progressistas da história da cidade de São Paulo”, disse Boulos no carro de som.

No discurso, Boulos voltou a acenar ao eleitorado da periferia. “São Paulo terá o primeiro prefeito que mora na periferia”, disse.

“Vamos dialogar com todos os setores de São Paulo, vamos para o centro e, no fim da tarde, vamos para Itaquera, na zona leste. Essa é uma candidatura que tem um posicionamento firme de defender o povo das periferias, a inverter prioridades na cidade de São Paulo, trazer o orçamento para as regiões que são mais carentes.”

“Somos o time que vai derrotar a extrema-direita e garantir o futuro de Araraquara”, diz Guilherme Bianco

O vereador de Araraquara, Guilherme Bianco (PCdoB), lançou sua candidatura à reeleição em evento com mais de 300 pessoas e afirmou que a extrema-direita na cidade vai ser derrotada mais uma vez nas eleições.

O evento contou com a participação de 300 araraquarenses e lideranças de diversos setores do município. Guilherme disse que esse “é o time da democracia, da participação popular, do orçamento participativo e do presidente Lula, somos o time que mais uma vez vai derrotar a extrema-direita aqui em Araraquara”.

O vereador disse ter orgulho de andar ao lado “dessa galera que não consegue dormir tranqüila porque tem criança fora da escola, porque tem postinho que tá faltando remédio ou porque a extrema-direita está se assanhando novamente”.

Guilherme, que tem 28 anos, foi eleito em 2020 com mais de mil votos, sendo o primeiro vereador do PCdoB na história da cidade. É cientista social formado pela Unesp de Araraquara. Em seu discurso, ele lembrou que era criticado por “ser radical demais para a Câmara”.

“Se ser radical é defender que cada araraquarense possa ter casa, que todo estudante tem que andar de graça no ônibus, que o postinho de saúde tem que atender bem a nossa população, então, sim, nós somos o time da radicalidade”, enfatizou.

Ele ainda falou sobre a construção da praça no Jardim Paraíso, que tirou espaço do tráfico de drogas para “agora ser ocupado pelas pessoas que vão fazer piquenique, namorar, levar seus filhos para jogar bola”. O posto de saúde do bairro também está sendo reformado para receber mais médicos e ter farmácia.

A candidata à Prefeitura de Araraquara, Eliana Honain (PT), afirmou que Guilherme é “um jovem que nos surpreendeu de uma tal maneira que nós ficamos orgu-

lhosos”. A ex-secretária da Saúde da cidade destacou a atuação do vereador, com apoio do deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), para conseguir aparelhos auditivos para a população e a reforma de postos de saúde.

O ex-prefeito de Araraquara e ex-deputado federal Marcelo Barbieri, lembrou da atuação de Guilherme Bianco no movimento estudantil secundarista da cidade e falou que seu mandato “superou todos os prognósticos”.

Alessandra Laurindo, que é coordenadora de Políticas Étnico-Raciais de Araraquara, destacou a participação do vereador nos movimentos antirracistas da cidade. Ela citou a aprovação de leis de combate ao racismo religioso de autoria de Guilherme e seu suporte no lançamento do livro “A História Comprovada: fatos reais e as dores da escravidão araraquarense”.

O vice-presidente do PCdoB no Estado de São Paulo, Pedro Campos, esteve no evento e fez uma saudação em nome do deputado federal Orlando Silva e da deputada estadual Leici Brandão. O representante do partido falou que Guilherme Bianco se tornou, após quatro anos de mandato, uma referência, tendo importância também para debates de âmbito nacional.

Maria Augusta Haddad, diretora da União Estadual dos Estudantes (UEE) e estudante de química Unesp Araraquara, ressaltou o apoio de Guilherme aos cursinhos populares, que tiveram seus orçamentos dobrados.

O vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Araraquara, Paulo Sérgio Frigere, o Serjão, falou que os trabalhadores “estão esmagados” pela reforma trabalhista e com pouca representação no Legislativo. Para ele, é “muito importante e emocionante” que a juventude esteja se engajando na política e na campanha de Guilherme Bianco.



Candidato a vereador de Araraquara, Guilherme Bianco



Equipe brasileira de ginástica, um verdadeiro fenômeno em Paris 2024



Manifestantes foram às ruas contra os ataques de Tarcísio à Educação

Estudantes repudiam nas ruas a militarização de escolas e os cortes de Tarcísio na Educação de SP

Estudantes da capital paulista realizaram um novo ato nesta quarta-feira (14), em repúdio aos ataques do governo Tarcísio de Freitas à Educação Pública de São Paulo. O protesto que ocupou a Avenida Paulista foi convocado pela União Municipal dos Estudantes Secundaristas (UMES) e é parte das celebrações do Dia do Estudante – 11 de Agosto e repudiou a tentativa do governo paulista de implementar a famigerada militarização das escolas e o corte de R\$ 10 bilhões no orçamento da Educação de São Paulo.

“Estamos nas ruas para dizer que o governador que tem preguiça de governar para o povo demonstrou ser um verdadeiro inimigo do povo e da educação pública”, disse a presidente da UMES, Valentina Macedo, durante o ato que reuniu estudantes de toda a cidade.

O protesto seguiu ao longo da Avenida Paulista em direção à Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP), onde deputados debatem o projeto de iniciativa do governo estadual de desviar 5% do orçamento da Educação para outros gastos.

“Com uma gestão marcada pela preguiça de governar e pela privatização desenfreada, o governador já privatizou a Sabesp e agora mira o Metrô e a CPTM. Junto com seu secretário da Educação, Renato Feder, Tarcísio tenta militarizar escolas e privatizar sua gestão, enquanto planeja um corte criminoso de R\$ 10 bilhões na educação do Estado”, denunciou a entidade.

“Tarcísio de Freitas é inimigo do povo de São Paulo e dos que tem compromisso com a Educação. Ele quer transformar a Educação em uma mercadoria que possa vender e “bater metas”, pressionando ainda mais as direções e os professores e afetando diretamente a formação dos alunos. Um exemplo claro é a avalanche de plataformas digitais que o governo obriga professores a utilizar em suas aulas, enchendo o bolso de empresários que lucram com seus aplicativos, enquanto as estruturas básicas das escolas estão em ruínas”, denunciou Valentina.

A União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), União Paulista do



Valentina Macedo, presidente da UMES, liderou o ato estudantil na Avenida Paulista

Estudantes Secundaristas (UPES), União Nacional dos Estudantes (UNE), além de sindicalistas e professores também participaram do ato da Avenida Paulista.

O presidente da UBES, Hugo Silva, destacou que a luta dos estudantes de São Paulo é parte de um movimento de resistência contra os retrocessos na Educação em todo o país. “Essa é uma luta que não é só localizada no estado de São Paulo. Nós vemos que o Tarcísio tem espalhado essa ideia de militarizar as escolas, de sucatar a educação ao longo do país. E a gente tem se organizado, tem se mobilizado para barrar isso no Brasil inteiro. Nós somos a geração que derrotou o governo Bolsonaro, e eu tenho certeza que nós seremos a geração que vamos derrotar esse fascismo que ainda está entranhado nos estados, mas como principal arma vamos defender a escola pública, que é a principal ferramenta de combate à desigualdade social, mas também de politização desses estudantes”, disse Hugo.

O professor Cláudio Fonseca, presidente licenciado do Sindicato dos Professores da capital paulista (Sinpeem), se solidarizou à luta dos estudantes.

“Defendemos uma educação pública, gratuita, de qualidade, com gestão pública, sem militarização das escolas, porque as escolas têm que ser espaços democráticos para educar, para ensinar e para aprender”, destacou.

“O governador do estado de São Paulo, que defende esse projeto, diz que precisa garantir segurança nas escolas, que precisa ter disciplina nas escolas, precisa saber o que está acontecendo. Que segurança, que disciplina, que qualidade de educação vai acontecer com a militarização? Uma educa-

ção de qualidade vai se dar com respeito aos professores, com melhoria das condições de vida e trabalho dos professores, por equipar as escolas, por construir mais escolas, por garantir escolas técnicas federais aqui na cidade de São Paulo, por ampliar a quantidade de vagas nas universidades públicas, só assim para garantir educação de qualidade a todos e a todas da creche à universidade. E é assim que deve ser!”, destacou o sindicalista, que é pré-candidato a vereador de São Paulo.

O governo de Tarcísio aprovou o projeto das escolas civico-militares de forma autoritária, reprimindo e prendendo estudantes que se manifestaram contra. Esta postura revela o desejo de um governo que busca coagir estudantes e restringir a liberdade democrática, enquanto desmantela a educação pública. No início do mês, uma liminar concedida pela Justiça de São Paulo suspendeu o processo de militarização até que o STF debata a constitucionalidade do tema. Entretanto, a sanha destrutiva de Tarcísio tenta a todo custo manter o projeto.

O presidente do Sindicato dos Professores do Estado (APEOESP), Fábio Santos de Moraes, destacou a importância da resistência estudantil aos retrocessos de Tarcísio.

“Estamos aqui apoiando os estudantes, porque esse governo do Tarcísio, desde o primeiro dia, ele ataca a educação de todas as formas, e a gente tem lutado muito, junto aos estudantes para poder defender a educação, para defender os recursos da educação, para defender a escola pública, e a gente está aqui hoje para dizer isso aos estudantes”, disse Fábio.



criticar presença de Israel nos Jogos

“Fim de uma era na comunicação”: morre Silvio Santos

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) lamentou neste sábado (17) a morte do apresentador Silvio Santos, o definindo como “a maior personalidade da história da televisão brasileira”. Lula também lembrou da trajetória do dono do SBT e prestou condolências aos familiares, amigos e fãs.

“Com seu talento e carisma, lançou e deu apoio a muitos talentos da televisão, do humor e do jornalismo. Era uma das pessoas mais conhecidas e queridas do nosso país. Ao longo dos anos, nos encontramos em programas de TV, reuniões e conversas, sempre com respeito e carinho. A sua partida deixa um vazio na televisão dos brasileiros e marca o fim de uma era na comunicação do país”, disse o presidente em sua conta no X.

Silvio Santos morreu aos 93 anos, na madrugada deste sábado (17), no Hospital Albert Einstein, em São Paulo, onde estava internado desde o dia 2 de agosto. O apresentador tinha voltado ao hospital poucos dias depois de receber alta médica devido a um quadro de H1N1.

Silvio Santos deixa seis filhas, que devem comandar o SBT a partir de agora. O apresentador nunca se afastou do comando da emissora, mas seus filhos já trabalham no empreendimento do pai.

MARCO DA TELEVISÃO

Silvio Santos é um marco na história da televisão brasileira. Nos últimos 60 anos, ele esteve no ar, ao vivo e passou pelas principais emissoras de TV do país, incluindo a rede Globo, até que abriu a sua própria, o Sistema Brasileiro de Televisão (SBT).

Filho do casal Alberto Abravanel e Rebeca Caro, Senhor Abravanel nasceu no Rio de Janeiro, em 12 de dezembro de 1930, e, desde cedo, envolveu-se em negócios para ajudar a família.

Um dos capítulos mais conhecidos de sua vida remota à juventude, quando trabalhou como camelô nas ruas da capital carioca, vendendo capas para títulos de eleitor.

Silvio tem sua história já é contada em um seriado (O Rei da TV) e em um filme, esse que será lançado em 5 de setembro.

Em parceria com Manoel da Nobrega, Silvio estreou nas telinhas em 1962, no programa Vamos Brincar de Forca, na TV Paulista.

No ano seguinte, estreou o Programa Silvio Santos, que, desde 1963, está no ar no país.

Para Maurício Stycer, biógrafo do apresentador e autor do livro “Topa Tudo Por Dinheiro”, Silvio buscou a televisão e o rádio como uma maneira de ampliar os negócios e conseguir o próprio canal.

Foi em 1976, quando o general Ernesto Geisel, um dos presidentes do período da ditadura militar, concedeu a Silvio a TVS (TV Studios) do Rio de Janeiro. Quase cinco anos depois, em 1981, ele fundou o Sistema Brasileiro de Televisão (SBT).

No SBT, Silvio criou um jeito próprio de fazer televisão. Diferente das outras emissoras, a sua tinha constantes mudanças na grade, pouco espaço para jornalismo, programas inusitados e apostas que poucos fariam, como o seriado Chaves e as novelas mexicanas, que marcaram gerações de tanto sucesso que fizeram.

Vale lembrar que em 1989, na primeira eleição presidencial do Brasil após a ditadura militar, Silvio Santos decidiu candidatar-se a presidente da República. A entrada de Silvio na disputa eleitoral causou impacto e a Justiça Eleitoral recebeu 18 pedidos de impugnação da chapa que ele encabeçava.

De acordo com pesquisas realizadas na época, a candidatura de Silvio Santos chegou a ter 30% das intenções de voto.

Contudo, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) declarou a ilegalidade da candidatura, que não teria respeitado os prazos previstos em lei. Assim, em 9 de novembro de 1989, por decisão unânime, a Corte impugnou a chapa. A votação ocorreu em 15 de novembro de 1989 e elegeu Fernando Collor de Mello presidente da República.

Nas eleições de 2018, Silvio Santos apoiou Jair Bolsonaro chegando inclusive a participar de eventos oficiais com o já eleito presidente. Seu genro, Fábio Faria, foi ministro das Comunicações do governo Bolsonaro.

'Greve é contra o assalto dos planos de saúde', afirma Diviza dos Correios

Copel privatizada demite 1,4 mil funcionários; cortes já atingiram 53% do quadro, diz sindicato

A Copel (Companhia Paranaense de Energia) concluiu, na quarta-feira (14), a demissão de 1.437 trabalhadores por meio do Plano de Demissão Voluntária lançado pela empresa em 2023.

De acordo com o Sindicato dos Técnicos Industriais no Estado do Paraná (Sintec-PR), "com isso, a Copel, que antes contava com 5.584 funcionários, agora vê seu quadro reduzido em 53,5%", desde que o processo de privatização foi iniciado, ainda no governo Beto Richa.

Segundo a empresa, 180 funcionários deixaram a empresa até 30 de junho, 1.078 foram desligados na quarta-feira e outros 179, com funções consideradas "de maior criticidade", deixarão a empresa entre dezembro deste ano e início de 2025.

De acordo com o Sintec-PR, "a medida é parte de um movimento mais amplo, que reflete a transição da empresa para uma estrutura focada no lucro, após sua privatização". A empresa concluiu sua operação de privatização em agosto de 2023.

"Com a privatização, a Copel anunciou lucros expressivos. Em 2023, a empresa teve um lucro líquido de R\$ 2,2 bilhões, dos quais 50% foram destinados aos acionistas. Já no primeiro semestre de 2024, o lucro líquido foi de R\$ 473 milhões, um aumento de 53,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esses resultados, no entanto, foram acompanhados de críticas, já que parte dos lucros advém de isenções fiscais que poderiam ser direcionadas a investimentos sociais", afirma o sindicato.

A entidade afirma que a redução do quadro de funcionários foi uma das primeiras etapas, com sucessivos Programas de Demissão Voluntária (PDVs) diminuindo o número de concursados e aumentando a terceirização.

O Sintec também alerta que a perda de funcionários qualificados e a mudança para uma gestão orientada pelo lucro podem impactar a qualidade dos serviços prestados e resultar em aumentos nos preços da energia elétrica.

"O governo do Paraná, que antes detinha 31,1% das ações da Copel, agora possui apenas 15,9%, enquanto o mercado financeiro controla 61,9% das ações, consolidando a transformação da empresa em uma corporação focada no mercado", afirma.



Elias Diviza, presidente do Sindicato dos Trabalhadores dos Correios de SP



Centrais sindicais manifestam apoio à greve dos Correios e cobram mesa de negociação

As centrais sindicais divulgaram, nesta quinta-feira (15), nota conjunta em apoio à greve dos trabalhadores dos Correios, cuja data-base é em 1º de agosto.

"Manifestamos nosso apoio à greve e solicitamos que a direção dos Correios restabeleça imediatamente o processo de negociação. No Estado democrático de direito, não é razoável que a direção dos Correios recuse a continuidade da negociação coletiva com as representações dos trabalhadores", diz a nota.

Os trabalhadores iniciaram greve no último dia 7, após diversas reuniões de negociação com a direção dos Correios, nas quais a empresa não atendeu às reivindicações centrais da categoria de reajuste salarial imediato, a realização de concurso público e a redução do custo do plano de saúde.

A decisão pela greve se deu após a empresa encerrar as negociações sem discutir cláusulas essenciais para a categoria e não apresentar uma proposta que contemplasse a pauta dos trabalhadores.

"Mesmo em greve, as representações dos trabalhadores solicitaram aos Correios a retomada das negociações, acreditando que somente a manutenção do diálogo social pode permitir encontrar soluções para a assinatura de um acordo coletivo de trabalho", destaca a nota.

Como se não bastasse a recusa da direção dos Correios de retomar o diálogo com os representantes dos sindicatos em greve, denunciam as centrais, a empresa ainda realizou reuniões com representações de sindicatos que não estão em greve, a exemplo da reunião realizada em 13 de agosto de 2024 com a Federação Nacional dos Trabalhadores dos Correios (Fentect), a revelia do movimento grevista.

"Não é adequado que uma empresa pública, sob um governo democrático, se reúna apenas com uma das partes, desconsiderando as representações sindicais em greve. É necessário que se reúna com todas as partes e negocie com todas as representações que legitimamente defendem os trabalhadores", diz a nota.

"Além disso, não é aceitável o encerramento das negociações coletivas devido à decretação da greve. As greves são instrumentos legítimos dos trabalhadores, previstos na legislação brasileira. Sendo uma empresa pública vinculada ao Governo Federal, os Correios não devem ignorar as legítimas representações sindicais dos trabalhadores", conclui o documento.

Assinam a nota Adilson Araújo, presidente da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil); Ricardo Patah, presidente da UGT (União Geral dos Trabalhadores); José Gozde, presidente da PÚBLICA, Central do Servidor; Luiz Carlos Prates (Mancha), secretária executiva nacional da CSP-Conlutas - Central Sindical e Popular.

Na última quarta-feira (14), os trabalhadores decidiram manter a greve em nova assembleia. De acordo com a Federação Interestadual dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras dos Correios (Finct), cerca de 70% dos trabalhadores nos estados que aprovaram a paralisação aderiram ao movimento.

Elias Júnior, o Diviza, falou sobre a greve que mobiliza trabalhadores desde o dia 7 de agosto

Em entrevista exclusiva para o HP, Elias Júnior, o Diviza, presidente do Sindicato dos Trabalhadores dos Correios de São Paulo, declarou que os ecetistas estão parados desde o dia 7 de agosto, numa das mais fortes greves da categoria, contra as mudanças no Plano de Saúde que consomem 30% do salário, desde que o plano foi terceirizado, e em alguns casos até quarterizado, além de não dar assistência aos mais velhos e crianças, que são quem mais precisam. A consequência é que vinte e cinco por cento dos funcionários já deixaram o plano de saúde.

"O desconto corrói o salário", disse o líder sindical. Os trabalhadores exigem a redução no desconto e o retorno dos direitos. Pedem que o custo seja reduzido em 40%.

Para Diviza, "os empregados dos Correios estão decepcionados com a nova direção da empresa", que tem uma enorme dificuldade de sentar à mesa para negociar e em muitas questões, ressalta, a dificuldade

é maior que a da diretoria anterior. Segundo o sindicalista, a categoria, na grande maioria, votou no Lula, atendendo ao chamado do sindicato.

De acordo com Diviza, são três as principais deficiências do atual presidente dos Correios, Fabiano Silva dos Santos. "A mais grave é a partidização. Ele prioriza a relação com petistas. Isso o afasta dos trabalhadores. É inexperiente e tem uma assessoria incompetente", critica.

Para o presidente do sindicato dos Correios, "a CUT sabotou a greve. A maior prova disso é uma carta de apoio das centrais sindicais, na qual a CUT e a Força Sindical não assinaram".

Diviza considera burrice a política de trabalhar contra os movimentos reivindicatórios ao governo federal. "Quanto mais economizam aqui, mais enviam em pagamentos de juros para os bancos. O próprio Lula pediu que aumentássemos a pressão para equilibrar a força do outro lado", declarou.

CARLOS PEREIRA

Trabalhadores pedem a ministro apoio em mediação com Correios

Com uma greve que ganha força desde o início da paralisação, há uma semana, os trabalhadores dos Correios solicitaram ao Ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, que intervenha a favor das reivindicações da categoria junto à direção da ECT.

Na segunda-feira (12), o vice-presidente da Finct (Federação Interestadual dos Sindicatos dos Trabalhadores dos Correios), Elias Diviza, entregou ao ministro um documento, afirmando que intermediação é essencial para pressionar a direção da ECT a avançar nas negociações e garantir um acordo justo para os trabalhadores.

"A insatisfação da categoria ficou evidente durante as assembleias, onde os trabalhadores expressaram seu repúdio à proposta da empresa, que não atende às expectativas mínimas da categoria, uma vez que não aborda uma das principais preocupações dos trabalhadores dos Correios: o plano de saúde, que atualmente corrói em torno de 30% dos salários dos trabalhadores. A proposta da empresa não prevê reajuste salarial a partir de

agosto, mês da data-base da categoria, adiando-o para janeiro de 2025, bem como não resgata a maioria dos benefícios retirados nos últimos anos. Essa postura, que desconsidera o esforço e a dedicação dos trabalhadores, poderá gerar um impacto significativo nas condições de trabalho e na moral da categoria, que está adoecida pela falta de condições adequadas de trabalho e pela ausência de reposição das vagas dos últimos Planos de Dispensa Voluntária, bem como pela falta de realização de concurso público desde 2011."

Segundo a entidade, a falta de funcionários suficientes sobrecarrega e faz aumentar o adoecimento dos trabalhadores, além de impactar na qualidade do serviço prestado à população.

"Diante dessa situação, acreditamos que a participação ativa de Vossa Excelência poderá ser crucial para sensibilizar a direção dos Correios e viabilizar um acordo justo, que reconheça os direitos adquiridos pelos trabalhadores ao longo dos anos e que restabeleça condições dignas de trabalho.", diz o documento.

Funcionários da Fiocruz param contra congelamento de salários

Os trabalhadores da Fiocruz, que fizeram uma paralisação de 48 horas na semana passada, aprovaram em assembleia na sexta-feira (9) a permanência da categoria em estado de greve nesta semana, com nova paralisação nos dias 13, 14 e 15 de agosto. A mobilização permanece até que haja uma sinalização do Ministério da Gestão e Inovação (MGI) às reivindicações da categoria.

ira (8), o MGI, segundo informe do presidente da Asfoc (Associação dos Servidores da Fiocruz), Paulo Garrido, acusou o recebimento da contraproposta elaborada pela comissão de trabalhadores da Fiocruz, que rejeita o reajuste zero este ano, e reforça o au-

mento de 20% em 2024, 20% em 2025 e 20% em 2026, reivindicado pela categoria.

Além das paralisações, os trabalhadores têm realizado uma série de mobilizações, como panfletagens nas portarias do campus Mangueiras e Maré, e ato em frente à sede regional do Ministério da Saúde, com passeata até o Ministério da Fazenda, como o ocorrido na quinta-feira passada, em protesto pela campanha salarial.

Segundo a direção da Asfoc, a entidade "segue atuando com o conjunto dos trabalhadores pela valorização dos servidores e pelo melhor acordo possível, visando a reposição das perdas salariais exorbitantes".



Eletrobrás ignora negociação coletiva e anuncia demissões

A Eletrobrás e a Eletronuclear confirmaram esta semana a realização de um Plano de Demissão Voluntária (PDV). Na Eletronuclear, o plano é atingir 480 empregados.

Já na Eletrobrás, o "Programa de Demissão Consensual Incentivada" é dirigido a todos os profissionais que tenham sido admitidos antes de junho de 2022. Segundo a empresa, em comunicado divulgado na quinta-feira (15), "o Programa, neste momento, se aplica apenas aos profissionais representados pelas bases sindicais que já aprovaram o novo Acordo Coletivo de Trabalho da Eletrobrás".

SEM ACORDO

Esse novo Acordo de Trabalho está sendo questionado pelo Coletivo Nacional dos Eletricistas (CNE), que rejeitou a proposta feita pela empresa. Entre as medidas previstas está a possibilidade de demissões em massa, além de não garantir reajuste salarial para toda a categoria.

Sem acordo, a negociação chegou a ser mediada pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), onde foi definido que o acordo atual seria prorrogado até 31 de agosto, permitindo que as partes continuem buscando um entendimento que resulte em melhorias para o Acordo Coletivo". No entanto, a empresa recorreu ao STF, e conseguiu, no último dia 5 de agosto, uma liminar derrubando o

próprio acordo feito no TST, com a alegação de que foi imposto.

"Um dos maiores juristas trabalhistas do Brasil, o Exmo. Ministro Maurício Godinho, Relator dos nossos Dissídios Coletivos de Greve instaurados no Tribunal Superior do Trabalho, jamais iria impor, em reunião de conciliação, um prazo de prorrogação do Acordo Coletivo de Trabalho, se as partes assim não concordassem.

A ata da reunião ocorrida no dia 21/06 no TST, mostra com clareza que o representante da Eletrobrás concordou com o prazo de prorrogação até o dia 31 de agosto proposto pelo Ministro Godinho, em função do recesso do TST que ocorreu entre 01/07 a 31/07", afirma o CNE.

"É inacreditável que a Eletrobrás, a chamada embaixadora da transparência, falte com a verdade junto ao Supremo Tribunal Federal para conseguir plantar um clima de terror e pânico entre os trabalhadores, objetivando com este jogo sujo, realizar pressão nos trabalhadores e tentando colocá-los contra os seus sindicatos, e ainda, coagindo os mesmos a aceitarem suas condições, numa proposta de acordo coletivo que prevê demissão em massa e desmonte de direitos, conquistados ao longo de muitos anos com muita luta e suor", diz trecho do boletim dos eletricitários.



EUA busca apagar seu rastro no atentado ao Nord Stream



Reprodução

No círculo, torre de resfriamento em chamas. **Nazis de Kiev incendeiam a torre de resfriamento de usina nuclear**

O diretor da usina nuclear de Zaporozhye, Yury Chernichuk, denunciou o ataque ucraniano à usina com um drone kamikaze contendo líquido incendiário para espalhar o fogo mais rapidamente, o atentado aconteceu no último domingo à noite.

“Este nível de agressão direcionada contra a infraestrutura de uma instalação atômica, nunca aconteceu antes,” disse o chefe da estatal russa Rosatom, Aleksey Likhachov.

E a primeira vez que um ataque desse tipo foi efetuado contra a usina nuclear e o incêndio causado pelo drone conseguiu afetar a integridade física de uma das torres de resfriamento de mais de 100 metros de altura, que tem como a função de remover excesso de calor dos reatores nucleares.

“O fogo se espalhou muito rapidamente por uma grande área”, disse Chernichuk. O drone teria entrado pela parte de cima da torre quando detonou, e, segundo ele, ao julgar como o fogo se espalhou tão rapidamente, o drone deveria estar carregando algum tipo de produto químico como napalm.

Segundo a Agência Internacional de Energia Atômica, não foram detectadas altas nos níveis de radiação ou que o ataque tenha causado algum impacto na segurança da usina e que as chamas foram extintas. A agência também condenou a escalada na violência que bota em risco a integridade da usina.

“Esses ataques imprudentes colocam em risco a segurança nuclear da usina e aumentam o risco de um acidente nuclear. Eles devem parar agora”, disse o diretor-geral Rafael Grossi.

Por segurança, a usina que está sob controle russo, colocou todos os seis reatores em desligamento a frio prevenindo riscos de danos ao equipamento nuclear. De acordo com o exército russo, a cidade de Energodar onde está localizada a usina tem sido alvo de ataques do exército ucraniano, atingindo até as proximidades da usina.

Deixando clara sua intenção de causar um acidente nuclear na usina sob controle russo e colocar a culpa em Moscou, o regime de Kiev disse que o dano teria sido causado pelas próprias forças russas que zelam pela integridade da usina e que já repeliram diversos outros ataques à usina.

Obrador conclama a aguardar decisão do Supremo da Venezuela referente às atas e eleição

O presidente do México, López Obrador, chamou a “esperar a Justiça Eleitoral [venezuelana] resolver, porque ainda está em tramitação”. “Vamos esperar”, enfatizou, em entrevista.

O prazo de quinze dias para a conclusão da perícia de todo o processo eleitoral partiu da presidente do Supremo venezuelano, Caryslia Rodríguez, no mesmo dia em que determinou ao Conselho Nacional Eleitoral (CNE) que entregasse em três dias todas as atas e a todos os candidatos e partidos que comparecessem ao tribunal, com dia e hora marcada, para apresentar quaisquer questionamentos sobre a lisura do pleito e documentos comprobatórios.

Na semana passada, em declaração conjunta, Brasil, Colômbia e México haviam reiterado seu compromisso com a verificação imparcial dos resultados eleitorais na Venezuela e com a soberania popular, pedindo a publicação das atas do pleito do dia 28 de julho, em nota assinada pelos presidentes Obrador, Lula e Gustavo Petro.

A revisão entrou em fase final após os depoimentos e recursos dos ex-candidatos à eleição presidencial de 28 de julho e 38 partidos que participaram da eleição. O CNE apresentou as atas no prazo estipulado pelo tribunal.

Segundo a Câmara Eleitoral do Supremo venezuelano, a investigação é realizada por pessoal altamente qualificado, utilizando os mais altos padrões técnicos. Dos dez ex-candidatos convocados para prestar audiência ao tribunal, nove compareceram: Antonio Ecarri, José Brito, Enrique Márquez, Luis Eduardo Martínez, Daniel Ceballos, Javier Bertucci, Claudio Fermín, Benjamín Rausseo e Nicolás Maduro, e o único ausente foi Edmundo González Urrutia.

A presidente Rodríguez sublinhou, também, que os representantes dos partidos que apoia-

ram González – Manuel Rosales, do Un Nuevo Tiempo (UNT); José Luis Cartaya, da Mesa Redonda de Unidade Democrática (MUD); e José Simón Calzadilla, do Movimiento por Venezuela (MPV), não apresentaram recursos que comprovassem fraude eleitoral por parte de Maduro ou a vitória da assim chamada Plataforma Unitária (a oposição de extrema-direita).

Ela enfatizou que a decisão a ser emitida sobre o resultado das eleições após as avaliações dos últimos recursos será “irrecorrível e obrigatória”, uma vez que o órgão é a maior autoridade judicial do país.

A investigação também abarca os ataques cibernéticos ao site do CNE, que prejudicaram a transmissão dos resultados após as eleições.

Oito dos dez candidatos a presidente, na primeira audiência no Supremo venezuelano, assinaram um documento se comprometendo em aceitar o resultado da perícia determinada pela instância máxima da justiça no país.

Assim, o ausente González, que se declarou “vencedor” após ter seu nome proclamado pelo secretário de Estado norte-americano Antony Blinken numa reedição do Guaidó 2.0, foi o único candidato que se pretendeu acima da lei venezuelana.

A análise pelo Supremo atende a apelação de parte do presidente Maduro, apresentada em 31 de julho, diante das acusações de fraude eleitoral por parte da extrema direita opositora e exposição de supostas atas em um site da internet, alegando “vitória por 70% a 30%” a González, denunciadas como fake pelo presidente da Assembleia Nacional venezuelana.

O CNE proclamou Maduro presidente reeleito no dia 2, com 96,87% das urnas apuradas, por 51, 95% (6 milhões 408 mil 844 votos), contra 43,18% de González (5 milhões 326 mil 104 de votos) e 4,86% para os demais oito candidatos.

Ministério da Defesa da Dinamarca



Espuma causada pela explosão do Nord Stream se acumula na superfície

Equipe da TV RAI italiana foi flagrada em Kursk junto com tropas do regime de Kiev

A emissora italiana RAI convocou de volta dois de seus repórteres após eles acompanharem tropas ucranianas em um ataque transfronteiriço na região de Kursk, na Rússia. Mais cedo no sábado, o Serviço Federal de Segurança da Rússia (FSB) abriu uma investigação criminal sobre o incidente.

“A empresa decidiu fazer a jornalista Stefania Battistini e o cinegrafista Simone Traini retornarem temporariamente à Itália”, disse a RAI em um comunicado no sábado. Os dois repórteres voaram de volta para Milão neste domingo (18), acrescentou a emissora.

Na quarta-feira, a RAI exibiu uma reportagem de TV sobre incursão da Ucrânia na região russa de Kursk, na qual uma equipe de quatro jornalistas foi incorporada às forças de Kiev. No clipe, Battistini e Traini podiam ser vistos enquanto seu carro passava pelo que parecia ser uma blindagem ucraniana destruída fornecida pelo Ocidente, antes de chegarem à cidade russa de Sudzha.

O Ministério das Relações Exteriores da Rússia convocou a embaixadora da Itália na Rússia, Cecilia Piccioni,



Soldado russo mostra colete ucraniano capturado

para registrar um “forte protesto” sobre a reportagem. A equipe de filmagem “entrou ilegalmente no território da Federação Russa para cobrir o ataque terrorista criminoso de militantes ucranianos na região de Kursk”, disse o ministério.

A Chancelaria russa disse ainda que os repórteres italianos “usaram sua presença em nosso país para encobrir os crimes do regime de Kiev” e os acusou de uma “grave violação da legislação russa e das regras elementares da ética jornalística”.

No sábado, o FSB anunciou que havia aberto uma investigação criminal sobre “jornalistas estrangeiros

Simone Traini e Stefania Battistini, que cruzaram ilegalmente a fronteira estadual da Federação Russa”. A agência também disse que havia determinado que o jornalista da CNN, Nick Paton Walsh, havia viajado para Sudzha, e que uma “decisão processual” seria tomada em breve contra todos os três.

As forças ucranianas lançaram um ataque à região de Kursk na semana passada, usando milhares de tropas para conduzir a maior incursão na Rússia desde o início do conflito. A Rússia denunciou o ataque como uma provocação e acusou Kiev de alvejar civis russos.

Entrega de hidrelétricas decretada por Milei compromete soberania energética argentina

O presidente Javier Milei decretou a privatização de quatro hidrelétricas argentinas, consideradas estratégicas, localizadas na região de Comahue, entre as províncias de Río Negro e Neuquén, no sul do território.

Ao abrir mão do controle estatal e entregá-lo a cartéis nacionais e estrangeiros, alertou o especialista argentino Nicolás Malinovsky, o governo atenta contra o interesse da população e do país, uma vez que a medida encarecerá as tarifas e prejudicará a indústria argentina – que ficará cada vez mais limitada a ser “produtora de matérias-primas” num contexto internacional em que “cresce a disputa por energia”. Para Malinovsky, é óbvia a intenção de “transferir recursos energéticos do Estado para setores privados que procuram maximizar os seus lucros em detrimento da soberania energética”.

“Haverá maior concentração do setor energético em mãos privadas”, o que deixará o Estado argentino “sem recursos operacionais sobre um setor estratégico para a economia”. O fato, apontou, é que para aumentar suas ganâncias, os cartéis “venderão energia a preços internacionais, independentemente de ser proveniente de hidrocarbonetos ou hidrelétricas ou de ser adquirida no mercado nacional ou internacional”.

Malinovsky explicou que “isso tem correlação com aumento de tarifas e maiores custos de energia no Sistema Interligado Argentino. Veremos falta de acesso ao setor energético para a população, mas também energia mais cara para a indústria e pequenos negócios”.

CAOS DA ERA MENEM

A situação é caótica, ainda mais prejudicial do que a promovida na década de 1990 pelo trágico governo de Carlos



Hidrelétrica de Alicura, uma das que Milei quer entregar

Menem (1989-1999). Na época foi feita uma “concessão” a grupos privados que exploraram o imenso patrimônio construído pelo Estado, agora há uma escancarada privatização, com a venda direta dos ativos, sem qualquer sombra de controle.

Embora as barragens Alicura, Chocón, Cerros Colorados e Piedra del Águila estivessem sob “concessão” desde 1993, o decreto assinado por Milei em 9 de agosto estabelece um prazo de 180 dias para o Ministério da Economia “proceder a venda do controle” de cada barragem.

No olho do furacão, o complexo energético mobiliza um intenso debate sobre os caminhos do desgoverno, que vêm somando retrocessos. Nicolás Malinovsky apontou que as quatro barragens em foco totalizam uma capacidade instalada de mais de 4.000 MW, o que representa aproximadamente 30% da geração hidrelétrica do país. O restante da produção hídrica é complementado pelas barragens binacionais de Yacretá (compartilhada com o Paraguai) e Salto Grande (compartilhada com o Uruguai).

A barragem de Alicurá, localizada na província de Río Negro, foi inaugurada em 1985 e tem sido fundamental no desenvolvimento hidrelétrico do rio Limay (1.000 MW). Inaugurada em 1973, El Chocón é

uma das mais importantes da Argentina, no rio Limay, na província de Neuquén (1.200 MW). Cerros Colorados está na província de Neuquén, iniciou sua construção na década de 1970 e foi concluída em 1980 (cerca de 500 MW). Também em Neuquén, a usina de Piedra del Águila foi inaugurada em 1993 é uma das maiores do país no rio Limay (1.400 MW).

Nos últimos anos, com todas as suas limitações, suas concessões estiveram sob responsabilidade da Enarsa (Energía Argentina NA) e NASA (Nucleoeléctrica Argentina SA) e voltarão a estar novamente. A diferença é que desta vez estas duas estatais também entraram no pacote de Milei para serem privatizadas, deixando de haver um órgão estatal especializado para monitorar o processo.

Desta forma, os critérios passam a ser determinados pelo Ministério da Energia e pelo Ministério da Economia, “autoridades de fiscalização” que sob o escancarado entreguismo neoliberal têm atuado em função dos interesses dos cartéis, essencialmente transnacionais.

Malinovsky enfatizou que “as barragens já estão totalmente amortizadas”.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Fabulação de iate alugado por ucranianos para explodir gasodutos é inflada nos EUA visando encobrir responsabilidade de Washington na explosão do Nord Stream

Washington e Berlim estão tentando se livrar da sua responsabilidade por sabotar o gasoduto Nord Stream, disse a porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da Rússia, Maria Zakharova, ao jornal russo Izvestia.

“Porque a principal tarefa do Ocidente é se absolver de qualquer responsabilidade por sabotar o Nord Stream”, disse a porta-voz, quando solicitada a comentar a “investigação alemã” sobre a destruição do gasoduto há quase dois anos atrás e a recente reportagem do The Wall Street Journal (WSJ) requestando com novos detalhes uma história já apresentada pelo The New York Times no ano passado.

O óbvio intuito da reportagem é diluir a repercussão da denúncia, feita pelo premiado jornalista norte-americano Seymour Hersh, que expôs Mi Lai no Vietnã e Abu Graib no Iraque, de que se tratou de uma operação ordenada pessoalmente pelo presidente Biden e executada por mergulhadores norte-americanos, usando como cobertura manobras da Otan no Báltico.

Já segundo a matéria do WSJ, que cita fontes “não identificadas”, o presidente ucraniano Volodymyr Zelensky inicialmente teria aprovado um plano para sabotar os gasodutos Nord Stream e Nord Stream-2, mas depois tentou revogá-lo após a CIA descobrir.

Então, a pedido da CIA, o líder ucraniano chegou a anunciar o cancelamento da operação – ou seria “atentado”? -, mas o então comandante militar ucraniano Valery Zaluzhny, atualmente embaixador em Londres, não apenas ignorou sua decisão, mas também ajustou o plano original, segundo o jornal.

Em particular, Zaluzhny envolveu Roman Chervynsky, um ex-oficial do principal serviço de segurança e inteligência da Ucrânia, na organização do ataque.

Na quarta-feira, o jornal Suedische Zeitung (SZ) asseverou, citando uma investigação conjunta com a televisão ARD e o semanário Die Zeit, que promotores federais alemães emitiram um mandato de prisão para um instrutor de mergulho ucraniano suspeito de ter desempenhado um papel na sabotagem dos gasodutos Nord Stream, que está desaparecido e visto pela última vez na Polônia, em certo “Volodymyr Z”.

Os promotores alemães também estariam investigando dois outros instrutores de mergulho ucranianos, incluindo uma mulher. Os três seriam suspeitos de terem formado a tripulação do iate Andrômeda, embarcação que teria sido usada para levar os explosivos aos gasodutos.

Nem todos os comentários sobre a descoberta, pelo WSJ, do esforço para “evitar o atentado” da CIA – logo a CIA e, ainda mais, depois daquelas famosas declarações do presidente Biden praticamente anunciando a explosão –, foram tão comedidos quanto os de Zakharova.

WSJ

A RIA-Novosti, agência de notícias russa, através de coluna assinada por Victoria Nikiforova, ironizou a situação, manchando que “americanos e alemães estão afogando [o regime de] Kiev a quatro mãos”, e ridicularizando o “não fui eu”, “não sei de nada” que ecoa de Kiev a Washington, passando por Londres e Bruxelas.

“Os líderes do regime nazista justificam-se com medo – não, não explodimos o Nord Stream 2!”, mas o Wall Street Journal “tem todos os movimentos registrados”. Eles sabem exatamente como isso aconteceu”, ela destaca.

“Acontece que a decisão de destruir o oleoduto russo-alemão no fundo do Mar Báltico foi tomada enquanto estavam bêbados. Numa noite de maio de 2022, embriagados após beber muito, alguns oficiais das Forças Armadas Ucranianas e empresários ucranianos que se juntaram a eles decidiram que seria legal explodir o Nord Stream”, ela comenta os “achados” do WSJ.

“Sob o controle de um certo general, eles arrecadaram trezentos mil dólares, encontraram mergulhadores, entraram na Polónia, trouxeram centenas de quilos de explosivos para lá,

transportaram-nos com calma até o porto, alugaram o iate Andrômeda, penduraram nele a bandeira ucraniana (para que ninguém tivesse dúvidas) e partiram para realizar um grandioso ataque terrorista. Toda a operação foi supervisionada por Valery Zaluzhny”.

E continua a ferina narrativa de Nikiforova sobre as recentes descobertas de Washington e Berlim. “Vladimir Zelensky sabia tudo sobre este plano e aprovou. Quando a CIA soube da operação iminente, os americanos ligaram para o chefe nazista e disseram: “Não há necessidade”. E ele prometeu cancelar a explosão. No entanto, Zaluzhny não deu ouvidos a Zelensky. Como resultado, em 26 de setembro de 2022, dois ramais do Nord Stream explodiram. A Europa ficou sem gás russo”.

A colunista nem se deu ao trabalho de comentar que, ao mesmo tempo, os europeus, e especialmente os alemães, ao invés do gás bom e barato russo, tiveram de passar a pagar quatro ou cinco vezes mais pelo gás da liberdade, de fracking, aos monopólios norte-americanos, e a desindustrialização como um cupim passou a roer a bonança alemã.

“O que são esses mergulhadores milagrosos mágicos que podem mergulhar oitenta metros e ficar horas no fundo, prendendo explosivos em oleodutos? O WSJ explica-nos que esses mergulhadores treinaram na Crimeia até 2014 e havia golfinhos de combate na base ucraniana de lá. Bem, os golfinhos, claro, explicam muita coisa”, continua a colunista.

“O raciocínio de que, ao deixarem o Andrômeda, os terroristas milagrosos não se limpam, é simplesmente mágico e, como resultado, as forças de segurança alemãs encontraram explosivos, vestígios de DNA e impressões digitais de todos os membros da tripulação”.

Para Nikiforova, toda essa ficção foi para desviar a atenção sobre Biden. “Só os americanos tinham todos os meios técnicos para realizar uma operação tão complexa, e só eles trouxeram enormes benefícios reais – esmagaram o mercado europeu do gás”.

Apesar dos evidentes prejuízos à Rússia, os países que supostamente investigaram a explosão dos gasodutos – Noruega, Suécia e Dinamarca – jamais divulgaram seus achados e não permitiram que Moscou participasse da inquirição.

NYT NAS TRINCHEIRAS

Em março do ano passado The New York Times apareceu com a curiosa versão que atribua o atentado a “terroristas ucranianos não estatais” pró-Kiev e não mergulhadores da Marinha dos EUA, e quase simultaneamente o jornal alemão Die Zeit anunciou a “descoberta” de um iate alugado e usado na explosão, versão agora revista e ampliada pelo WSJ.

De acordo com Hersh, a CIA recebera a incumbência de preparar uma reportagem de capa em colaboração com a inteligência alemã para plantar uma “versão alternativa” das explosões do Nord Stream 2 na mídia norte-americana e também na alemã, com o objetivo de “produzir um apagão” da exposição (em fevereiro) do papel de Washington – isto é, Biden – no atentado.

Quando Biden disse explicitamente que “se a Rússia invadir [...] não haverá mais um Nord Stream 2. Vamos acabar com isso”.

Não é segredo a obscena intimidade entre The New York Times e a CIA, e o jornal se viu forçado a admitir ter deixado a CIA “revisar” certas histórias antes de publicá-las. As famosas manchetes de primeira página, com as mentiras fornecidas a Judith Miller pela CIA, nas semanas que antecederam a invasão do Iraque.

A decisão de sabotar os gasodutos foi tomada pelos EUA em dezembro de 2021, dois meses antes do início da operação russa na Ucrânia, diz Hersh. Os explosivos foram colocados em junho por mergulhadores, usando como cobertura as manobras anuais da Otan no Báltico, coincidentemente ao largo da ilha de Bornholm.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Genocídio de Netanyahu supera marca infame de 40 mil mortos em Gaza



(Ahmad Gharabli/AFP)

Rajoub, chefe do Comitê Olímpico Palestino, chega ao aeroporto de Paris

Chefe do Comitê Olímpico Palestino é detido por Israel ao retornar das Olimpíadas

O chefe do Comitê Olímpico Palestino, Jibril Rajoub, de 71 anos, foi detido por forças policiais israelenses na última terça-feira (13) ao retornar de Paris para a Cisjordânia, denunciou a agência de notícias palestina Wafa.

Rajoub foi preso na fronteira de Karama/King Hussein, na passagem da Jordânia para Israel, revistado pelas forças israelenses e teve o seu passaporte palestino confiscado.

Rajoub já recebera ameaças de autoridades israelenses após pedir ao COI (Comitê Olímpico Internacional) o banimento de Israel das Olimpíadas de Paris, por violar a trégua olímpica por conta do genocídio que perpetra em Gaza. O pedido foi formalizado no dia 22 de julho.

Após ser interrogado por uma hora, Rajoub permaneceu detido por mais uma hora e só então teve o passaporte devolvido e pôde a cruzar a fronteira.

O chefe do Comitê Olímpico da Palestina recusou-se a receber a truculenta intimidação para comparecer nesta quinta-feira (15) ao centro de detenção Ofer, sob novas ameaças. Aliás, segundo até a CNN, Ofer é um dos três centros de detenção israelenses tristemente notórios por tortura.

Rajoub, que também é presidente da Associação Palestina de Futebol, também solicitou à FIFA a suspensão da seleção israelense, pedido que poderá ser discutido no próximo dia 31 de agosto.

Existe o precedente da luta da África do Sul pela libertação do regime do apartheid, em que o Estado supremacista branco foi banido do esporte olímpico e da copa do mundo entre 1964 e 1992.

A esta altura dos acontecimentos, não há mais como extirpar, dos recém concluídos Jogos de Paris 2024, a degradante pecha de 'Olimpíada do Genocídio', pela luz verde dada aos atletas do país sob investigação da Corte Internacional de Justiça da ONU por genocídio – já são 40 mil palestinos assassinados e quase 100 mil feridos e mutilados, mas conforme a mais respeitada revista de Medicina do mundo, The Lancet, considerando as mortes diretas dos bombardeios e as indiretas, causadas pela destruição da infraestrutura, hospitais, tratamento de água, corte de remédios e a fome, a escala do genocídio beira os 200 mil.

Leia mais no site do HP



Palestinos mortos são na maioria mulheres e crianças; feridos passam de 100 mil

Tropas israelenses bombardeiam prédio residencial no Líbano e matam 10 civis

Um ataque de Israel neste sábado (17) a um prédio residencial matou pelo menos dez pessoas em Nabatiyeh, no sul do Líbano, informou o Ministério da Saúde libanês.

Todas as vítimas em Nabatiyeh eram cidadãos sírios. Uma mulher e seus dois filhos estão entre os mortos, de acordo com as autoridades de saúde libanesas.

O ataque também deixou cinco pessoas feridas, pelo menos. Duas em condições críticas. Entre os feridos, estão três sírios, um sudanês e um libanês, disse o ministério. Dois dos sírios estão em condições críticas e passando por cirurgia em um hospital próximo.

O número de mortos no ataque é um dos maiores no

sul do Líbano desde que Israel iniciou seu genocídio em Gaza após os ataques do Hamas em 7 de outubro.

Militantes do Hezbollah lançaram uma salva de foguetes em direção a Ayelet Hashahar, no norte de Israel, em resposta ao ataque, disse o grupo em um comunicado.

As tensões entre Líbano e Israel pioraram muito a partir do final do mês de julho quando um ataque israelense a Beirute assassinou o principal comandante militar do Hezbollah, Fu'ad Shukur.

CHACINA EM GAZA

A Defesa Civil do ter-

ritório palestino informou que 15 membros da família Ajlah, incluindo três mulheres e nove crianças, foram mortos num ataque israelense em al-Zawayda, no centro da Faixa de Gaza, também neste sábado.

De acordo com o porta-voz da Defesa Civil, Mahmoud Bassal, as crianças mortas tinham idades compreendidas entre dois e 17 anos.

“Por volta da 01:00 da manhã, três mísseis atingiram diretamente a casa”, disse Ahmed Abou al-Ghoul à AFP, enquanto os palestinos procuravam entre os escombros e evacuavam os corpos. “Havia sobretudo crianças e mulheres no interior”, acrescentou.



Londres durante manifestação contra o racismo anti-imigrantes da extrema direita

'Fora com fascismo e racismo', exigem milhares de manifestantes em Londres, Liverpool e Belfast

Dezenas de milhares de manifestantes marcharam por toda a Grã-Bretanha neste final de semana com a determinação de “esmagar o fascismo e o racismo” e conter a violência anti-imigrantes escarrada pela ultradireita e sua mídia. A violência racista, particularmente o islamofóbico, ganhou volume nas duas últimas semanas depois do tático assassinato de três meninas em uma aula de dança em Southport, explorado por ultradireitistas para incitar agressões e quebrações contra os imigrantes.

Com o preconceito e o segregacionismo instilados pela ultra-direita, centros de imigração e mesquitas também passaram a ser alvos, enquanto crimes de ódio contra muçulmanos crescem em frequência na Inglaterra.

Em rechaço aos distúrbios realizados por neonazis, mais de cinco mil pessoas lideradas por dirigentes comunitários, sindicalistas e ativistas dos movimentos sociais e dos direitos humanos marcharam pela movimentada área de Westminster, próxima ao Palácio de Buckingham, em Londres, e tomaram a frente da sede do partido da ultradireita Reform, para expressar o profundo rechaço aos distúrbios

que atingem imigrantes e religiosos muçulmanos. Bandeiras da Palestina tremularam, expressando solidariedade aos atingidos pelo regime de apartheid israelenses.

O movimento de solidariedade comemorou o êxito obtido em cidades como Edimburgo, Cambridge, Glasgow, Exeter, Sheffield, Liverpool, Newcastle, Hastings, Oxford, Manchester e outras áreas de Londres, além do centro da cidade, que elevou o número total de manifestantes antirracistas a dezenas de milhares.

“A retórica constante sobre ‘parem os barcos’, pintando a imigração como um problema nacional, e os refugiados e muçulmanos como se culpados pelos problemas da sociedade: tudo isso é retórica que foi replicada nos atos repulsivos de extrema direita”, afirmou Samira Ali, liderança nacional do Stand Up to Racism (Levante-se contra o Racismo), movimento que comanda os protestos. Conforme a dirigente, “foi isso que criou a atmosfera tóxica na qual a extrema-direita tenta se construir”.

Uma equipe do canal de notícias britânico GB News, em que o ultraconservador Nigel Farage tem coluna cativa, foi vista no protesto, provocando reações e gritos de “GB News fora de nossas ruas!”.

Em Belfast, capital da Irlanda do Norte, 15.000 pessoas expressaram seu posicionamento pelos direitos humanos e pela solidariedade. “Quando os direitos dos migrantes estão sendo atacados, o que fazemos? Levante-se e responda com luta”, solidaram.

“SOLIDARIEDADE”

A vereadora de Knowsley, Chantelle Lunt, denunciou há alguns dias que seu filho e marido foram perseguidos e ameaçados de morte por um bandido da ultradireita. “A comunidade estendeu a mão com amor e solidariedade, e a solução para esse ódio sempre estará em nossas comunidades. Temos que nos unir. Não consigo entender como vivemos agora em um mundo onde meu filho sofreu um racismo pior do que eu sofri nos anos 80 e 90”, condenou.

Leia mais no site do HP

Biden já entregou a Israel mais de 14 mil bombas de uma tonelada cada, que são lançadas nas áreas mais densamente povoadas da Faixa de Gaza

Na quinta-feira (15) o mundo recebeu, perplexo, a notícia de que o genocídio perpetrado por Israel no maior campo de concentração a céu aberto do mundo, a invadida Gaza, alcançou, sob a cumplicidade e fornecimento de bombas e mísseis por Washington ao carniceiro Netanyahu, a marca dos 40 mil assassinados – na maioria, mulheres e crianças.

“Um marco sombrio para o mundo inteiro”, consterrou-se em Genebra o Alto Comissário da ONU para os Direitos Humanos, Volker Türk. Em média, aproximadamente 130 pessoas, todos os dias, durante os últimos 10 meses, ele observou, classificando como “profundamente chocante” a magnitude da destruição de casas, hospitais, escolas e locais de culto pelo exército de ocupação.

Em julho essa “magnitude” podia ser avaliada pela estimativa de 40 milhões de toneladas de destroços que se espalham no enclave inteiro – uma quantidade de detritos que praticamente dobrou desde março. Ou por quase todos os moradores já terem sido tangidos de suas casas sob tiro ou ameaça de tiro, uma espécie de Nakba 2.0.

No sábado passado, a chachina na escola al Tabain, na Cidade de Gaza, havia somado mais 100 corpos para que fosse alcançado esse recorde macabro de 40 mil. “A área da escola está repleta de cadáveres e partes de corpos”, disse o porta-voz dos socorristas, Mahmoud Basal. “É muito difícil para os paramédicos identificarem um cadáver inteiro. Há um braço aqui, uma perna ali. Os corpos estão despedaçados. As equipes médicas ficam impotentes diante dessa cena horrível.”

É assim que o genocídio chegou a esses 40 mil. Mas em Al Tabain há um detalhe: no ataque, ao amanhecer do dia, foram despejadas bombas GBU-39 de quase meia tonelada, fabricada pela Boeing, e que tem revestimento de urânio depleto, com os estilhaços despedaçando corpos como se fosse uma serra elétrica. A bomba explodiu sobre a sala de oração da escola, com partes de corpos espalhados até o telhado e até o pátio.

Como ensinavam os facionistas nazistas em sua manufatura em escala industrial, é preciso “método” na insanidade. “O exército israelense estabeleceu um padrão para sua campanha genocida. Primeiro bombardeia bairros civis, enviando pessoas aterrorizadas para abrigos como escolas e hospitais. Em seguida, anuncia ordens de evacuação geral de uma área inteira, forçando as pessoas nesses abrigos a viverem com medo, já que muitas delas não têm os meios para deixá-los e ir para outros lugares. Depois de dar essas ordens de evacuação, Israel bombardeia os abrigos protegidos, inclusive hospitais e escolas, com o argumento de que são alvos militares. Essa fórmula foi aplicada na Cidade de Gaza e em outras partes de Gaza”, assinalou o Common Dreams.

NOMES E ROSTOS

Outros dois crimes de guerra trouxeram nomes e sobrenomes, dramas pessoais e tragédias intransferíveis, a essa marcha para os 40 mil mortos. Rim, a bebê de 3 meses que foi a única sobrevivente de um bombardeio que matou os dez membros de uma família em Abasan, no leste de Khan Yunis na terça-feira (13). “Esta menina foi retirada dos escombros. Toda a sua família está morta, incluindo a mãe. Quem vai amamentá-la?”, questionava Ibrahim Barbakh, um residente de Khan Yunis, com a bebê nos braços.

Em Deir al Balah, gêmeos recém nascidos foram mortos por outro bombardeio israelense, mais a mãe e avó, enquanto o pai estava

no cartório registrando-os. Uma menina, Aysal, e seu irmão, Aser, com apenas quatro dias de idade. O vídeo compartilhado nas redes sociais mostra Mohammed em estado de choque sendo consolado por outras pessoas, enquanto alguém segura o que parecem ser certidões de nascimento. “Disseram-me que foi um projétil que atingiu a casa”, diz o trans-tornado pai. Seus gritos se silenciam, ele parece desmaiar e outros dois homens tentam segurá-lo. A família havia sido forçada a se deslocar do norte de Gaza e se abrigado em Deir al Balah.

CONVENÇÕES DE GENEBRA

Os “40 mil do genocídio” foram atingidos, coincidentemente, três dias após as comemorações dos 75 Anos das Convenções de Guerra de Genebra, há dez meses violadas massivamente em Gaza, nas quais, como de hábito, o secretário de Estado norte-americano Antony Blinken, atreveu-se a emitir considerações vadias sobre “nosso firme compromisso de respeitar o direito humanitário internacional e mitigar o sofrimento em conflitos armados”.

As quais a deputada democrata Rashida Tlaib reagiu, indagando se isso era “uma piada?”. “Você apoiou o envio de mais bombas fabricadas nos EUA sendo usadas para cometer crimes de guerra. O governo de Israel bombardeou hospitais, escolas e tendas cheias de palestinos deslocados. Como você pode dizer que é a favor de respeitar as leis internacionais de direitos humanos?”

Ela acrescentou que as Convenções de Genebra de 1949 “consagram proteções para populações vulneráveis durante conflitos armados, incluindo soldados feridos e socorristas, prisioneiros de guerra e civis. Eles incluem proibições de tortura e ataques a hospitais, e determinam que as potências ocupantes forneçam alimentos e suprimentos médicos às populações civis. Apesar disso, Israel tornou tão difícil levar suprimentos para Gaza que a fome se espalhou por todo o território. Na semana passada, surgiram relatos de que palestinos sob custódia israelense foram submetidos a abusos sistemáticos, incluindo estupro. E Israel tem usado rotineiramente armas dos EUA para atingir áreas civis e infraestrutura em Gaza.”

E concluiu: “o resto do mundo passou os últimos 10 meses defendendo o Direito Internacional Humanitário de nós.”

Dias antes das festividades de Genebra, o governo Biden aprovou US\$ 3,5 bilhões em novos fundos militares para Israel, bem como novos carregamentos de armas. “Poucas pessoas fizeram mais para tornar as Convenções de Genebra letra morta”, escreveu o autor Hari Kunzru em resposta à mensagem de Biden dos 75 anos de Genebra.

Em julho, a Reuters havia dimensionado a contribuição direta dos EUA no genocídio de Israel em Gaza, registrando que o governo Biden enviou a Israel mais de 14.000 bombas de quase 1 tonelada – usadas contra uma das áreas de maior densidade populacional do planeta – 6.500 bombas de 250 kg, 3.000 mísseis guiados Hellfire e 1.000 bombas destruidoras de bunkers, além de 2.600 bombas de pequeno diâmetro, são números fornecidos por autoridades norte-americanas falando sob anonimato à agência britânica.

Assim, pode-se dizer que o sangue de cada um dos mais de 40 mil palestinos mortos em Gaza pelos bombardeios coloniais israelenses, ou quase 100 mil feridos, está indelevelmente marcado nas mãos de Biden e de seus principais auxiliares no Pentágono e na política externa.

Leia a íntegra em www.horadopovo.com.br

Tropas de Israel usam adolescentes palestinos como escudos humanos

Investigação do jornal israelense Haaretz, denuncia o uso que civis palestinos, sem qualquer participação em ações armadas, como escudos humanos pelas tropas de Netanyahu durante operações de risco nas incursões na Faixa de Gaza.

Os palestinos que servem a esse covarde propósito são muitas vezes jovens de 16 anos, vestidos como soldados israelenses, com as mãos atadas são obrigados a arriscarem suas vidas entrando em túneis que podem conter explosivos ou locais onde os israelenses supõem possíveis emboscadas.

“Nossas vidas são mais importantes que as vidas deles,” foi dito aos soldados israelenses que questionaram a prática. A mentalidade racista ao extremo preside, portanto, a ação relatada pelo Haaretz e está em acordo com todo o restante da vileza genocida do ataque aos palestinos dos quais perto de 40.000 já foram assassinados.

Segundo o Haaretz, a meses se tornou uma prática comum no exército o uso de escudos humanos por toda Gaza e que apesar de ser um crime de guerra, é crime conhecido desde a base até os integrantes da linha de comando do exército de Israel.

Assista ao filme através do link:

<https://www.aljazeera.com/program/al-jazeera-world/2015/8/12/gaza-human-shields>

Desde 2002, já havia relatos na

Cisjordânia do uso de palestinos como escudos humanos por soldados israelenses na ‘Operação Escudo Defensivo’, durante a segunda intifada. Grupos de direitos humanos em petição à Suprema Corte de Israel em 2005 conseguiram tornar a prática um crime. Ao menos oficialmente.

“Os altos escalões sabem disso,” disse uma fonte do jornal. Apesar de ter evidências em vídeos divulgados pela Al Jazeera, que soldados israelenses estavam vestindo palestinos com trajes do exército e enviando-os dentro de casas e túneis em missões suicidas, o exército de Israel se finge de ignorante diante das acusações e provas.

“Quando vi a reportagem da Al Jazeera, eu disse: ‘Ah, sim, é verdade’” relatou ao Haaretz, um soldado de uma brigada de Israel que usou de palestinos detidos como escudo humano. “E então vi a resposta das Forças de Defesa de Israel (FDI), que não reflete totalmente a realidade. É feita com o conhecimento do comandante da brigada, pelo menos.”

“Eles sabem que não é um incidente único de um comandante de companhia jovem e estúpido que decide por conta própria levar alguém.”

Outro soldado além de admitir o uso de escudos humanos, relatou que menores de idade e até idosos foram usados. “Houve momentos em que pessoas realmente idosas eram obrigadas a entrar nas casas”, disse.

O deputado Monteiro Lopes e o Crioulo Dudu - Parte 1

O leitor, provavelmente, já ouviu falar em Eduardo das Neves, pai de Cândido das Neves (o grande seresteiro, violonista e compositor de **Noite cheia de estrelas, Entre lágrimas, E nada mais!..., Rasguei o teu retrato e Página de dor**).

Mas não apenas porque Eduardo das Neves foi pai de Cândido das Neves. Ele também foi um dos principais cantores nos primórdios da indústria fonográfica do Brasil, compositor e palhaço de circo (além de guarda-freios e bombeiro). Foi, inclusive, o segundo cantor a gravar um compositor conhecido (já naquela época) como “Sinhô” (o primeiro foi o também famoso Bahiano).

Alguns que solfejam “Oh, Minas Gerais”, certamente não sabem que a música foi composta (e gravada) por Eduardo das Neves – em homenagem, não ao Estado, mas ao navio, o encouraçado que era a nau capitânia da Marinha de Guerra do Brasil.

Mas o leitor certamente lembrará que Eduardo das Neves foi autor, em 1902, de uma famosa música em homenagem a Santos Dumont (“*A Europa curvou-se ante o Brasil/ E clamou parabéns em meio tom./ Brilhou, lá no céu, mais uma estrela/ Apareceu Santos Dumont*”), cantada pelos chorões do Rio de Janeiro, reunidos por Eduardo, na serenata feita em homenagem a Santos Dumont, que morava em Paris, mas estava em visita ao Brasil. Esta serenata foi no dia Sete de setembro de 1903 e, além de Eduardo, participaram dela, entre outros, Quincas Laranjeiras, Sátiro Bilhar, Mário Cavaquinho e Chico Borges.

A música não tem a ver com o **14-bis**, que só levantaria voo em 1906, mas com o contorno da Torre Eiffel pelo **Dirigível Nº 6**, em 1901, façanha que valeu o Prêmio Deutsch de la Meurthe a Santos Dumont.

Eduardo das Neves, que se chamava, a si próprio, de “Crioulo Dudu”, compôs dezenas de músicas, em geral gravadas por ele mesmo, ou por outros cantores da época, na Casa Edson,

de Fred Figner.

Como ele mesmo comentou, seus temas eram o cotidiano do Brasil. Por exemplo, em 1910, compôs, e gravou, “**Os Reclamantes**”, sobre a Revolta da Chibata:

*Neste Rio de Janeiro
Fez-se grande confusão
Soldado marinheiro
Fez uma revolução.
Eram os chefes reclamantes
Da maruja amotinada
Por eles o grito incessante
Era a Marinha revoltada
Houve grande correria
Todo o povo no receio
Por toda parte dizia
Vai haver um bombardeio
Durante aqueles três dias
Viu-se tudo em correria
Só dominava o terror
O comércio fecha a porta
Quando vê o caso sério
Ficando a cidade morta
Parecia um cemitério
E soldado e armamento
Nosso Rio de bloqueio
Só à espera do momento
Do falado bombardeio
Cão com sorte não ladra
Do desgosto não espanta
Tive que aturar a sogra
Num ataque de “demência”
No chão atirou um cinzeiro
A tomar agudos ais
Vou morrer no bombardeio
Do navio Minas Gerais
Com os raios, ouvi da sogra
Com essa revolução
Imaginem uma sogra
Com receio de canhão
João Cândido de fama
Marujo de opinião
Mandou um radiograma
Para o chefe da Nação
E o nosso presidente
Ganhou logo simpatia
Um decreto baixa urgente
Concedendo anistia
Tudo volta a seus lugares
Já ninguém mais tem receio
Muito embora
Já não haja bombardeio
Tudo foi e acabou-se
Não há nada mais a temer
A revolta já findou-se
Vamos todos
Viva o povo, viva a Pátria
Do auriverde pendão
Viva os chefes de Armada
Viva o chefe da Nação*

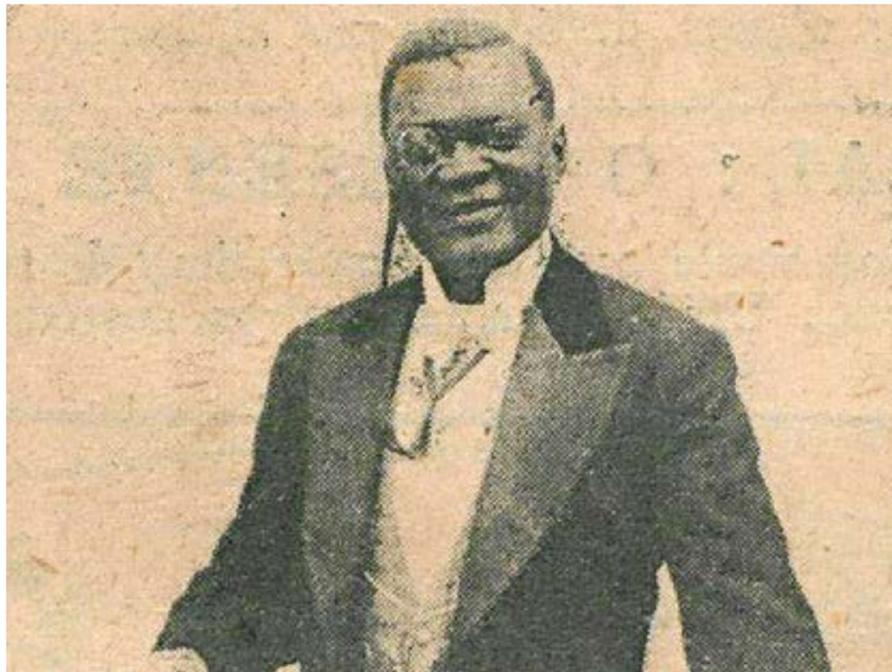


Foto: Eduardo das Neves, o Crioulo Dudu

para agradecer o apoio à sua diplomação. O autointitulado republicano, socialista, ‘deputado do povo’ e ‘defensor do operariado’ foi recebido por multidões de homens, mulheres e crianças negras com festas, bandas de música, banquetes e comícios. A partir de alguns de seus discursos nessas viagens é possível entrever noções de cidadania, república e liberdade e do que era ser negro na jovem república. No dia 22 de janeiro de 1910, em discurso feito em Porto Alegre, inflamou uma pequena multidão ao dizer que os negros não deveriam ter vergonha de ser negros, que deveriam instruir e educar seus filhos para que pudessem ocupar as mais altas posições no país, já que a Constituição republicana, em seu artigo 72, lhes garantia a igualdade perante a lei. Segundo o deputado, o ódio e a distinção de raças deveriam ser rechaçados nas escolas, na imprensa, no parlamento e em comícios populares. Incentivou os cidadãos que se sentissem discriminados a recorrer aos poderes públicos para acabar com tal abuso” (Carolina Vianna, **LOPES, Monteiro**, FGV).

O que transcrevermos abaixo é a parte inicial do livro “**Monteiro Lopes e Eduardo das Neves: histórias não contadas da primeira república**”, de Martha Abreu e Carolina Dantas (Eduff, 2020).

O livro, primeiro volume da “*Coleção Personagens do pós-abolição: trajetórias, e sentidos de liberdade no Brasil republicano*”, é primoroso.

Agradecemos ao maestro Marcus Vinicius de Andrade pelo envio da obra.

C.L.

O Crioulo Dudu morreu em 1919, na casa de seu filho mais famoso, Cândido das Neves, que, na época, era tipógrafo. Sua última gravação foi o samba “**Só por amizade**”, de Sinhô (“*Tens vontade de sambar/ Não precisas te esconder! Pois, só por amizade, oh, meu bem/ É que podes aprender!*”).

Se o Crioulo Dudu não é um completo desconhecido para você, leitor, tememos que o deputado Monteiro Lopes – aliás, Manuel da Motta Monteiro Lopes – esteja nessa categoria.

Abolicionista, ele foi, depois da República, o primeiro deputado federal assumidamente negro da História do Brasil. Sua ação foi impressionantemente progressista, em geral voltada para o fim da discriminação aos ex-escravos e, durante o pouco tempo em que foi parlamentar (morreu um ano após tomar posse, em 1909, como deputado federal), lutou por uma legislação trabalhista que somente se concretizaria com a Revolução de 30.

Pernambucano, filho de operário, conseguiu formar-se em Direito na famosa Faculdade do Recife.

Ao transferir-se para o Rio, elegeu-se vereador, com a plataforma de defesa dos direitos dos

operários e ataque ao “bota abaixo” do prefeito Pereira Passos. Mas, naquela época, prevalecia o infame “reconhecimento de mandatos”, imposto pelo governo Campos Sales. Assim, mesmo reeleito, Monteiro Lopes não teve seu mandato reconhecido.

Em 1905, candidatou-se a deputado federal. Outra vez eleito, não teve seu mandato reconhecido.

Foi, então, que ingressou no Partido Republicano Democrata, uma agremiação cujo programa incluía a ampliação da instrução pública, do sufrágio popular e o protecionismo econômico.

Em 1909, candidatou-se outra vez a deputado federal – e elegeu-se, mas os rumores eram que Afonso Pena, o presidente, e o barão do Rio Branco, ministro das Relações Exteriores, iriam vetar seu nome, forçando o Congresso a não reconhecê-lo.

O motivo era a sua cor – mais até do que o fato de não ser um político governista.

A polêmica tomou a imprensa e o movimento de massas (que existia). Se consultarmos uma coleção das revistas humorísticas da época (O Malho, Fon Fon, Careta), veremos como foi asquerosa a campanha racista desencadeada contra Monteiro Lopes.

Entretanto as entidades operárias se tornaram o núcleo do movimento – em sua maioria, negro – pelo reconhecimento do mandato de Monteiro Lopes. Do Rio até Campinas, Pelotas e Santa Maria, estendendo-se ao norte, até a Bahia e Pernambuco, houve manifestações pelo reconhecimento do mandato de um deputado eleito pelo Distrito Federal.

No final de abril de 1909, o mandato de Monteiro Lopes foi, finalmente, reconhecido, no que foi considerado o maior triunfo negro e popular após a Abolição.

Os projetos de Monteiro Lopes na Câmara são bem definidos – e foram, todos, derrotados pela maioria reacionária. Entre eles:

– a criação do Ministério do Trabalho;

– lei sobre os acidentes de trabalho e outros benefícios aos trabalhadores, como aposentadorias, pensões e aumento dos vencimentos;

– legislação e fiscalização sobre o trabalho dos menores;

– erigir, no Rio, uma estátua de José do Patrocínio.

“*No início de 1910 o ‘deputado negro’, como era conhecido, viajou a várias cidades do Sul, Norte e Nordeste do Brasil, bem como a Campinas e adjacências,*

Monteiro Lopes e Eduardo das Neves

MARTHA ABREU E CAROLINA DANTAS

No dia 13 de maio de 1909, como em anos anteriores, comemorava-se na cidade do Rio, então capital da República, mais um aniversário da Abolição da escravidão, realizada em 1888. O ano de 1909, contudo, parecia especial, pois também se festejava a entrada na Câmara dos Deputados do primeiro político que assumia, em público e com orgulho, ser negro: Manoel da Motta Monteiro Lopes (PE, 1867 – RJ, 1910). Por sua vez, Eduardo das Neves (RJ, 1874 – RJ, 1919), que se autoproclamava, com ousadia, o “Crioulo Dudu”, também havia participado das comemorações com suas músicas e versos.

Monteiro Lopes e seus companheiros organizaram atividades nas áreas centrais da cidade, conseguindo a colaboração de muitas pessoas, comerciantes e entidades. A partir do *Jornal do Brasil* de 14 de maio daquele ano,

localizamos uma descrição completa de como foi a festa. O ministro da Marinha disponibilizou bandas de música para o evento, assim como os Bombeiros e o Exército; a *Light* cedeu bondes gratuitamente e os edifícios públicos foram iluminados especialmente para a data. Os comandantes dos navios de guerra leram aos seus subordinados (entre os quais, havia muitos negros) “patrióticas ordens, comemorando a lei que [...] igualou todos os brasileiros”. Nos cinemas do Centro e dos subúrbios da cidade do Rio foram exibidas fitas “de apoteose à grande data, apresentando diversos retratos de heróis abolicionistas”. No parque da Praça da República festas escolares homenagearam a Lei Áurea. Em várias igrejas, principalmente, naquelas que abrigavam irmandades negras, rezaram-se missas pelos abolicionistas mortos e “pelo feliz resultado” da eleição de Monteiro Lopes. Na Câmara aconteceu uma sessão solene e o orador oficial do evento disse em seu discurso: “[...] que a en-

trada de Monteiro Lopes para o parlamento brasileiro era uma afirmação de que o preto, através do desenvolvimento do Brasil, aparecia sempre como elemento de força e de civismo em todos os poderes da pátria”.

Esse tipo de celebração – acompanhada de bandas, iluminação e decorações nos prédios, discursos acalorados e missas – era comum nas festas públicas e cívicas realizadas na cidade. O que surpreende é o fato de essas celebrações terem ocorrido em comemorações pelos 21 anos da Abolição e pela posse de um deputado negro, nas quais também houve espaço para denúncias de discriminação racial e para a afirmação da importância de mulheres e homens negros na História, na cultura, na República e na nação.

Por muito tempo nos acostumamos a enxergar a Primeira República (1889-1930) como um período negativo – por isso ficou conhecida como República Velha – no que diz respeito ao exercício da cidadania da população, seja em termos da participação polí-

tica eleitoral ou do direito a expressões culturais próprias e distantes dos valores europeus. Estamos habituados a versões históricas sobre a Primeira República – ainda presentes nos livros didáticos – que defendem o domínio quase absoluto de políticas voltadas para a europeização dos costumes e para a repressão aos movimentos políticos, sociais e culturais dos setores populares e negros. Se, de fato, essas políticas foram reais e marcantes, elas não foram a única história desse período.

Pesquisas recentes têm ajudado a dar visibilidade a diferentes experiências, no campo político e cultural, demonstrando a existência de muitas histórias de afirmação cultural, política e racial e de luta antirracista, silenciadas e não contadas, como as que iremos apresentar neste livro. Neste sentido, começa a ser possível entender por que, até há pouco tempo, desconhecíamos as dimensões das histórias de Monteiro Lopes e Eduardo das Neves. Junto com muitos

outros personagens negros, eles foram esquecidos por historiadores que se dedicaram ao estudo da Primeira República nos campos da política e da música popular no Brasil. Nosso esforço é exatamente buscar romper com essas lacunas e silenciamentos.

Aquela festa do 13 maio de 1909 teve mesmo um caráter especial. Ainda sob a supervisão de Monteiro Lopes, organizou-se uma romaria ao túmulo de José do Patrocínio no Cemitério do Caju. A *Gazeta de Notícias*, no dia seguinte ao evento, registrou a presença de muitos trabalhadores, sindicatos, irmandades negras, abolicionistas e republicanos históricos, entre outros simpatizantes. Lá chegando, o sr. Israel dos Santos, segundo o jornal “o decano dos abolicionistas”, deu a palavra a Monteiro Lopes. Em seguida, “fez-se um profundo silêncio entre os romeiros e o dr. Monteiro Lopes começou a falar”.

Diante do túmulo de José do Patrocínio – que além de jornalista, fundador da Academia

Brasileira de Letras, também foi vereador na cidade do Rio – exaltou o “herói do 13 de maio” e jurou defender sua “[...] raça fraca e oprimida diante dos insubmissos que ainda não compreenderam que a lei do 13 de maio de 1888 firmou a igualdade dos brasileiros”. Destacou ainda o fato de ter enfrentado como adversário, nas eleições de 1909, o conselheiro Andrade Figueiredo, o “maior escravagista, que nem ao menos, momentos antes da passagem da lei de 13 de maio, se converteu ao credo abolicionista”. E, assim, declarou “a suprema glória” que sentia de por “mais uma vez [...] ter dado combate ao último reduto do escravagismo”. Interrompido diversas vezes por aplausos, terminou seu discurso defendendo a construção de uma estátua de bronze em homenagem a Patrocínio e dando vivas à República, que, segundo ele, buscou o seu próprio “nascimento no ocaso do sol de 13 de maio!”

Continua na próxima edição